



MINISTÉRIO DA  
**DEFESA**

**Demonstrações Contábeis Consolidadas e Notas Explicativas  
4º Trimestre de 2022**

**MINISTRO DE ESTADO DE DEFESA**

José Múcio Monteiro Filho

**SECRETÁRIO-GERAL**

Luiz Henrique Pochyly da Costa

**SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

José Roberto de Moraes Rego Paiva Fernandes Júnior

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS**

André Guimarães Resende Martins do Valle

**EQUIPE TÉCNICA**

**Coordenação-Geral de Contabilidade**

Antônio Luiz Almeida – Coordenador-Geral

Carlos Antônio Araújo Cavalcanti – Coordenador

Ilka Aparecida Pettinati Sylvestre de Castro

Juliana de Sousa Almeida Diniz

Ubirajara Gusmão Sobrinho Junior

**Informações**

Telefone: (61) 3312-8611

Correio eletrônico: [cgcont@defesa.gov.br](mailto:cgcont@defesa.gov.br)

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Última alteração: 31/01/2023.

**Sumário**

Abreviações e Siglas.....	6
Lista de Tabelas.....	8
Lista de Gráficos.....	9
Apresentação.....	10
Demonstrações Contábeis Consolidadas .....	11
Balanço Patrimonial .....	11
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	13
Balanço Orçamentário.....	15
Balanço Financeiro .....	17
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	19
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	21
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas .....	23
1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	23
2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	23
3 – Caixa e Equivalente de Caixa .....	26
4 - Créditos e Valores a Curto Prazo.....	28
5 – Estoques .....	30
6 – Ativo Realizável a Longo Prazo .....	31
7 – Imobilizado .....	33
a-) Bens Móveis.....	33
b-) Bens Imóveis.....	34
8 – Intangível .....	36
9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo .....	37
10 – Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo .....	38
11 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo .....	38
12 - Provisões .....	40
12.1 - Provisões para Benefícios com Militares Inativos.....	40
12.1.1 – Transposição de Saldos – Ministério da Economia .....	40
12.1.2 – Atualização Matemática Atuarial das Provisões dos Militares Inativos.....	43
12.1.3 – Premissas Atuariais e Financeiras .....	46
12.1.3.1 – Tábuas Biométricas .....	46
12.1.3.2 – Composição Familiar .....	47
12.1.3.3 – Taxa de Rotatividade.....	47

12.1.3.4 – Taxa de Juros .....	48
12.1.3.5 – Taxa de Inflação.....	48
12.1.3.6 – Crescimento da remuneração e proventos.....	48
12.1.3.7 – Valor do benefício .....	48
12.1.3.8 – Reposição de militares .....	48
12.1.3.9 – Alíquotas e Base de Contribuição.....	48
12.1.3.10 – Idade de entrada nas Forças Armadas .....	48
12.1.3.11 – Regra de transferência para a inatividade remunerada .....	48
12.1.3.12 – Compensação Financeira entre as Contribuições para a Pensão Militar e os Regimes Previdenciários.....	49
12.1.3.13 – Horizonte Temporal Avaliado.....	49
12.2 – Provisões de Pensões Militares .....	49
12.2.1 – Premissas Atuariais e Financeiras .....	51
12.2.1.1 – Taxa de Juros .....	51
12.2.1.2 – Alíquotas e Base de Contribuição.....	52
12.3 – Pensões Especiais de Militares e Anistiados Militares .....	52
12.3.1 – Premissas Atuariais e Financeiras .....	53
12.3.1.1 – Tábuas Biométricas .....	53
12.3.1.2 – Composição Familiar .....	53
12.3.1.3 – Taxa de Rotatividade.....	53
12.3.1.4 – Taxa de Juros .....	53
12.3.1.5 – Taxa de Inflação.....	53
12.3.1.6 – Crescimento da Remuneração e Proventos.....	54
12.3.1.7 – Valor do Benefício .....	54
12.3.1.8 – Reposição de Militares .....	54
12.3.1.9 – Alíquotas e Base de Contribuição.....	54
12.3.1.10 – Idade de Entrada nas Forças Armadas .....	54
12.3.1.11 – Regra de Transferência para a Inatividade Remunerada.....	54
12.3.1.12 – Compensação Financeira entre as Contribuições para a Pensão Militar e os Regimes Previdenciários.....	54
12.3.1.13 – Horizonte Temporal avaliado.....	54
12.4 – Testes de Sensibilidade .....	54
13 – Demais Obrigações a Curto Prazo .....	54
14 - Obrigações Contratuais a Executar .....	55

15 – Receita Orçamentária.....	57
16 – Receitas de Contribuições .....	58
17 - Receitas de Serviços .....	58
18 – Receitas Patrimoniais .....	59
19 – Receita de Alienação de Bens.....	59
20 – Despesas Orçamentárias .....	60
21 – Despesas com Pessoal e Encargos.....	61
22 – Outras Despesas Correntes .....	62
23 – Despesa de Investimentos.....	63
24 - Restos a Pagar .....	64
25 - Resultado Patrimonial .....	65
26 – Transferências e Delegações Concedidas.....	66
27 – Transferências e Delegações Recebidas.....	66
28 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras.....	67
29 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas .....	67
30 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.....	67
31 - Conformidade Contábil .....	68
32 – Declaração do Contador.....	70
33 – Eventos Subsequentes .....	71

### Abreviações e Siglas

<b>AFAC</b>	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
<b>AH</b>	Análise Horizontal
<b>AMAZUL</b>	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A
<b>AV</b>	Análise Vertical
<b>BGU</b>	Balanco Geral da União
<b>BF</b>	Balanco Financeiro
<b>BO</b>	Balanco Orçamentário
<b>BP</b>	Balanco Patrimonial
<b>CASNAV</b>	Centro de Análises de Sistemas Navais
<b>CCCPM</b>	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha
<b>CDB</b>	Certificado de Depósito Bancário
<b>CCONT</b>	Coordenação-Geral de Contabilidade da União
<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade
<b>CNO</b>	Construtora Norberto Odebrecht S.A.
<b>CNPJ</b>	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
<b>CP</b>	Curto Prazo
<b>CTU</b>	Conta Única
<b>DCN</b>	Direction des Constructions Navales
<b>DCON</b>	Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa
<b>D CONT</b>	Diretoria de Contabilidade – Comando do Exército
<b>DFC</b>	Demonstração dos Fluxos de Caixa
<b>DFM</b>	Diretoria de Finanças da Marinha
<b>DMPL</b>	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
<b>DVP</b>	Demonstração das Variações Patrimoniais
<b>EB</b>	Exército Brasileiro
<b>FAB</b>	Força Aérea Brasileira
<b>FCVS</b>	Fundo de Compensação de Variações Salariais
<b>IPCA</b>	Índice de Preço ao Consumidor Amplo
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>LP</b>	Longo Prazo
<b>MB</b>	Marinha do Brasil
<b>MCASP</b>	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
<b>MD</b>	Ministério da Defesa
<b>ME</b>	Ministério da Economia
<b>MTP</b>	Ministério do Trabalho e Previdência
<b>NBC TSP</b>	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público
<b>NE</b>	Nota Explicativa
<b>OFSS</b>	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
<b>PAPEM</b>	Pagadoria de Pessoal da Marinha
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PLDO</b>	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>Previc</b>	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
<b>PJ</b>	Pessoa Jurídica
<b>PROSUB</b>	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
<b>RGPS</b>	Regime Geral de Previdência Social
<b>RIP</b>	Registro Imobiliário Patrimonial
<b>RP</b>	Restos a Pagar
<b>RPNP</b>	Restos a Pagar Não Processados
<b>RPP</b>	Restos a Pagar Processados

<b>RPPS</b>	Regime Próprio de Previdência Social
<b>R\$</b>	Real
<b>SEPESD</b>	Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais
<b>SFH</b>	Sistema Financeiro de Habitação
<b>SG</b>	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa
<b>Siafi</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
<b>SIAPA</b>	Sistema Integrado de Administração Patrimonial
<b>SPIUnet</b>	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
<b>SPREV</b>	Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência
<b>SPSMFA</b>	Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas
<b>SPU</b>	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia
<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>SUCON</b>	Subsecretaria de Contabilidade da União
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TED</b>	Termo de Execução Descentralizada
<b>UG</b>	Unidade Gestora
<b>USA</b>	Estados Unidos da América
<b>VPA</b>	Variação Patrimonial Aumentativa
<b>VPD</b>	Variação Patrimonial Diminutiva

### Lista de Tabelas

Tabela 1 – Caixa e Equivalente de Caixa - Por Órgão .....	26
Tabela 2 - Caixa e Equivalente de Caixa - Composição.....	27
Tabela 3- Créditos e Valores a Curto Prazo por Órgão.....	28
Tabela 4 – Créditos e Valores Curto Prazo – Composição.....	28
Tabela 5 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo por Órgão .....	28
Tabela 6 - Demais Créditos e Valores CP – Composição .....	29
Tabela 7 - Demais Créditos e Valores CP - Outros Créditos a Receber e Valores a CP - Órgão.....	29
Tabela 8 - Demais Créditos e Valores CP - Outros Créditos a Receber e Valores CP – Composição .....	29
Tabela 9 - Estoques por Órgão .....	30
Tabela 10 - Estoques - Composição.....	30
Tabela 11 - Ativo Realizável a Longo Prazo por Órgão .....	31
Tabela 12 - Créditos a Longo Prazo – Composição.....	31
Tabela 13 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos por Órgão.....	32
Tabela 14 - Demais Créditos a Longo Prazo – Composição .....	32
Tabela 15 - Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU .....	32
Tabela 16 - Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo .....	32
Tabela 17 – Ativo Imobilizado – Bens Móveis por Órgão.....	33
Tabela 18 - Ativo Imobilizado – Bens Móveis: Composição .....	33
Tabela 19 – Ativo Imobilizado – Bens Imóveis por Órgão .....	34
Tabela 20 - Ativo Imobilizado – Bens Imóveis: Composição .....	35
Tabela 21- Bens Imóveis de Uso Especial - Composição .....	35
Tabela 22 – Intangível por Órgão .....	36
Tabela 23 - Intangível – Composição.....	37
Tabela 24 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar por Órgão .....	37
Tabela 25 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar CP .....	37
Tabela 26 – Empréstimos e Financiamentos Curto e Longo Prazo .....	38
Tabela 27 - Fornecedores e Contas a Pagar por Órgão .....	39
Tabela 28 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.....	39
Tabela 29 - Fornecedores e Contas a Pagar - Fornecedor e Contratante .....	39
Tabela 30 – Provisões.....	40
Tabela 31 - Provisões Detalhadas por Conta Contábil .....	40
Tabela 32 - Provisões.....	40
Tabela 33 - Provisões.....	41
Tabela 34 - Provisões de Curto Prazo - Por Órgão .....	41
Tabela 35 – Militares Inativos – Forças Armadas .....	44
Tabela 36 – Militares Inativos – Marinha do Brasil (MB) .....	45
Tabela 37 – Militares Inativos – Exército Brasileiro (EB) .....	45
Tabela 38 – Militares Inativos – Força Aérea Brasileira (FAB).....	46
Tabela 39 – Tábua Biométrica – 2021 e 2022 .....	47
Tabela 40 – Provisões de Pensões de Militares .....	49
Tabela 41 – Pensões de Militares – Forças Armadas .....	50
Tabela 42 – Pensões de Militares – Marinha do Brasil (MB).....	50
Tabela 43 – Pensões de Militares – Exército Brasileiro (EB) .....	51
Tabela 44 – Pensões de Militares – Força Aérea Brasileira (FAB) .....	51
Tabela 45 – Pensões Especiais de Militares .....	53
Tabela 46 – Reparções de Anistiados Políticos Militares .....	53
Tabela 47 – Demais Obrigações a Curto Prazo por Órgão .....	55
Tabela 48 - Demais Obrigações a Curto Prazo - por Grupos .....	55



Tabela 49 - Transferências Financeiras a Comprovar - por Órgão .....	55
Tabela 50 - Obrigações Contratuais - Por Órgão .....	55
Tabela 51 - Obrigações Contratuais - Composição.....	56
Tabela 52 - Obrigações Contratuais - Por Contratado.....	56
Tabela 53 - Execução da Receita Orçamentária .....	57
Tabela 54 - Receitas de Contribuições .....	58
Tabela 55 - Execução da Receitas de Serviços por Órgão .....	58
Tabela 56 - Receitas Patrimoniais .....	59
Tabela 57 - Receita de Alienação de Bens.....	59
Tabela 58 - Despesas Orçamentárias por Órgão .....	60
Tabela 59 - Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo da Despesa .....	61
Tabela 60 - Pessoal e Encargos.....	62
Tabela 61 - Despesas Empenhadas - Outras Despesas Correntes.....	62
Tabela 62 - Despesa Orçamentária – Investimentos.....	63
Tabela 63 – Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados.....	64
Tabela 64 – Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados .....	64
Tabela 65 – Variações Patrimoniais .....	65
Tabela 66 – Transferências e Delegações Concedidas .....	66
Tabela 67 – Transferências e Delegações Recebidas .....	66
Tabela 68 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras .....	67
Tabela 69 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.....	67
Tabela 70 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.....	67
Tabela 71 – Reavaliações de Imóveis Significativas .....	68
Tabela 72 – Restrições Contábeis no Mês de Dezembro de 2022. ....	69

### Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1-</b>	Aplicações Financeiras – Conta Única	<b>27</b>
<b>Gráfico 2 -</b>	Material de Consumo – Estoque Interno para Distribuição	<b>31</b>
<b>Gráfico 3 -</b>	Aquartelamentos	<b>36</b>
<b>Gráfico 4 -</b>	Financiamentos a Curto e Longo Prazos	<b>38</b>
<b>Gráfico 5-</b>	Receitas de Serviços - Composição	<b>58</b>
<b>Gráfico 6 -</b>	Receitas Patrimoniais – Composição	<b>59</b>
<b>Gráfico 7 -</b>	Receita de Alienação de Bens	<b>60</b>
<b>Gráfico 8 -</b>	Despesas Orçamentárias	<b>60</b>
<b>Gráfico 9-</b>	Despesas com Pessoal e Encargos	<b>61</b>
<b>Gráfico 10-</b>	Outras Despesas Correntes por Órgão	<b>62</b>
<b>Gráfico 11-</b>	Despesa Orçamentária - Investimentos	<b>63</b>
<b>Gráfico 12 -</b>	Execução dos Restos a Pagar Não Processados	<b>64</b>
<b>Gráfico 13 -</b>	Execução dos Restos a Pagar Processados	<b>65</b>

## Apresentação

O Ministério da Defesa - MD é o Órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa – DCON são assim constituídas:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas (NE).

As DCON são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e o Manual Siafi, da Secretaria do Tesouro Nacional, e foram emitidas em nível de consolidação de “Órgão Superior” e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos constantes da tabela abaixo:

### Órgãos que compõem o Órgão Superior Ministério da Defesa

<b>52000</b>	<b>Ministério da Defesa</b>
<b>52131</b>	<b>Comando da Marinha</b>
31280	Caixa de Construções de Casas para Pessoal da Marinha do Brasil
52132	Fundo Naval
52133	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
52233	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
<b>52121</b>	<b>Comando do Exército</b>
52221	Indústria de Material Bélico do Brasil
52222	Fundação Osório
52904	Fundo do Exército
<b>52111</b>	<b>Comando da Aeronáutica</b>
52211	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
52911	Fundo Aeronáutico

**Demonstrações Contábeis Consolidadas**  
**Balanco Patrimonial**

R\$ milhares

ATIVO	NE	Dez/2022	Dez/2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>41.276.987</b>	<b>37.059.986</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<u>3</u>	<b>24.143.143</b>	<b>22.675.778</b>
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	<u>4</u>	<b>2.181.811</b>	<b>1.525.287</b>
Clientes		147.891	98.033
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		158.848	158.132
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>4</u>	1.947.476	1.375.174
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo		-72.404	-106.053
<b>Estoques</b>	<u>5</u>	<b>14.952.016</b>	<b>12.858.907</b>
<b>VPDs Pagas Antecipadamente</b>		<b>16</b>	<b>14</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>361.466.388</b>	<b>327.419.742</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<u>6</u>	<b>1.018.775</b>	<b>945.714</b>
Créditos a Longo Prazo	<u>6</u>	1.017.157	945.714
Clientes		1.742	560
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	<u>6</u>	818.145	764.648
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	<u>6</u>	350.110	328.133
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-152.840	-147.627
Estoques		1.618	-
<b>Investimentos</b>		<b>2.303</b>	<b>2.303</b>
Participações Permanentes		2.003	2.003
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		2.003	2.003
Propriedades para Investimento		300	300
Propriedades para Investimento		300	300
<b>Imobilizado</b>	<u>7</u>	<b>353.671.195</b>	<b>319.615.815</b>
Bens Móveis		81.520.219	77.944.785
Bens Móveis		90.269.498	85.580.368
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumuladas de Bens Móveis		-8.628.410	-7.519.656
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-120.869	-115.927
Bens Imóveis		272.150.976	241.671.030
Bens Imóveis		272.606.326	243.931.316
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumuladas de Bens Imóveis		-455.351	-2.260.286
<b>Intangível</b>	<u>8</u>	<b>6.774.116</b>	<b>6.855.911</b>
Softwares		537.079	481.045
Softwares		596.253	532.160
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-59.174	-51.115
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		6.237.036	6.374.426
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		6.400.323	6.504.191
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-163.287	-129.765
Direitos de Uso de Imóveis		-	440
Direitos de Uso de Imóveis		-	440
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>402.743.374</b>	<b>364.479.727</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	Dez/2022	Dez/2021
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>61.831.744</b>	<b>14.567.234</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>9</u>	5.071.274	4.979.326
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	<u>10</u>	3.086.463	2.011.956
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>11</u>	553.006	763.088
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		210	21
Transferências Fiscais a Curto Prazo		26.546	65.719
Provisões a Curto Prazo	<u>12</u>	46.808.529	22.574
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>13</u>	6.285.716	6.724.550
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>840.977.567</b>	<b>353.792.508</b>
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	<u>11</u>	13.841.997	18.564.802
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		2.584	1.524
Provisões a Longo Prazo	<u>12</u>	827.127.322	335.220.429
Demais Obrigações a Longo Prazo		5.472	5.753
Resultado Diferido		193	-
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>902.809.312</b>	<b>368.359.743</b>
Patrimônio Social e Capital Social		404.337	402.576
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		28.204	20.997
Reservas de Lucros		111.434	111.611
Demais Reservas		55.127	54.061
Resultados Acumulados		-500.665.039	-4.469.261
Resultado do Exercício		-41.207.247	-35.538.974
Resultados de Exercícios Anteriores		-559.686.391	32.067.329
Ajustes de Exercícios Anteriores		100.228.599	-997.616
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>-500.065.937</b>	<b>-3.880.015</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>402.743.374</b>	<b>364.479.727</b>

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

#### Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

R\$ milhares

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Dez/2022	Dez/2021	ESPECIFICAÇÃO	Dez/2022	Dez/2021
ATIVO FINANCEIRO	24.700.311	22.765.253	PASSIVO FINANCEIRO	16.979.611	14.855.878
ATIVO PERMANENTE	378.043.063	341.714.474	PASSIVO PERMANENTE	896.425.904	361.674.880
SALDO PATRIMONIAL	510.662.141	12.051.031			

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

#### Quadro das Contas de Compensação

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez/2022	Dez/2021
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		<b>37.177.877</b>	<b>67.153.541</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos		37.177.877	67.153.541
Garantias e Contragarantias Recebidas		12.019.761	34.989.038
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		2.820.360	3.227.095
Direitos Contratuais		22.337.756	28.937.409
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		<b>37.177.877</b>	<b>67.153.541</b>
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		<b>125.610.292</b>	<b>88.768.171</b>
Execução dos Atos Potenciais Passivos		125.610.292	88.768.171
Garantias e Contragarantias Concedidas		774	774
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		2.813.512	2.179.345
Obrigações Contratuais	<u>14</u>	122.796.005	86.588.052
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		<b>125.610.292</b>	<b>88.768.171</b>

Fonte: Siafi, em 30/1/2022.

**Quadro do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial**

R\$ milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-5.995.039</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>13.715.739</b>
Educação	-13
Seguridade Social (Exceto Previdência)	264.837
Previdência Social (RPPS)	53
Dívida Pública	-446.286
Alienação de Bens e Direitos	147.881
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	13.329.662
Outros Recursos Vinculados	419.603
Recursos a Classificar	1
<b>TOTAL</b>	<b>7.720.700</b>

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

**Demonstração das Variações Patrimoniais**

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2022	Dez/2021
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>25</b>	<b>1.039.845.646</b>	<b>417.671.654</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>199.931</b>	<b>134.119</b>
Impostos		-	26
Taxas		199.931	134.093
<b>Contribuições</b>		<b>8.805.266</b>	<b>8.415.655</b>
Contribuições Sociais		8.805.236	8.415.601
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		30	54
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>3.328.970</b>	<b>2.901.359</b>
Venda de Mercadorias		57.111	48.278
Vendas de Produtos		94.500	77.242
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		3.177.359	2.775.838
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>14.415.239</b>	<b>13.563.625</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		75.890	86.073
Juros e Encargos de Mora		20.457	29.085
Variações Monetárias e Cambiais		12.762.246	12.352.471
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.556.646	1.095.996
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>27</b>	<b>954.855.060</b>	<b>378.165.828</b>
Transferências Intragovernamentais		907.177.471	337.793.702
Transferências Intergovernamentais		18.945	18.575
Transferências das Instituições Privadas		-	8
Transferências de Pessoas Físicas		382	768
Outras Transferências e Delegações Recebidas		47.658.262	40.352.775
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>30</b>	<b>35.387.151</b>	<b>12.193.471</b>
Reavaliação de Ativos		25.965.615	4.112.384
Ganhos com Alienação		52.396	51.986
Ganhos com Incorporação de Ativos		6.244.018	4.475.531
Ganhos com Desincorporação de Passivos		3.125.122	3.553.571
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>22.854.030</b>	<b>2.297.597</b>
Resultado Positivo de Participações		173	143
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		20.608.361	55.423
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.245.496	2.242.030

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2022	Dez2021
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>25</b>	<b>1.081.052.894</b>	<b>453.210.628</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>36.832.561</b>	<b>36.011.229</b>
Remuneração a Pessoal		33.480.144	32.746.622
Encargos Patronais		413.987	408.324
Benefícios a Pessoal		2.778.107	2.707.604
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		160.323	148.679
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>58.776.329</b>	<b>56.352.504</b>
Aposentadorias e Reformas		31.571.725	30.177.018
Pensões		26.933.416	25.870.080
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		271.188	305.406
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>15.149.259</b>	<b>14.070.475</b>
Uso de Material de Consumo		5.534.012	4.896.461
Serviços		7.640.832	7.279.863
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.974.415	1.894.151
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>28</b>	<b>9.030.278</b>	<b>13.867.560</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		865.442	884.652
Juros e Encargos de Mora		2.885	569
Variações Monetárias e Cambiais		8.149.970	12.977.100
Descontos Financeiros Concedidos		3.175	2.340
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		8.806	2.899
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>26</b>	<b>849.020.709</b>	<b>285.423.704</b>
Transferências Intragovernamentais		804.381.848	241.853.931
Transferências Intergovernamentais		704.418	548.850
Transferências a Instituições Privadas		118	-
Transferências ao Exterior		536	1.071
Outras Transferências e Delegações Concedidas		43.933.788	43.019.851
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>9.792.466</b>	<b>9.995.300</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas		1.725.455	3.419.266
Perdas com Alienação		189.797	22.599
Perdas Involuntárias		249.651	231.972
Incorporação de Passivos		4.488.753	3.797.110
Desincorporação de Ativos		3.138.810	2.524.353
<b>Tributárias</b>		<b>48.817</b>	<b>42.932</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		17.445	16.821
Contribuições		31.373	26.112
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados</b>		<b>38.265</b>	<b>37.190</b>
Custo das Mercadorias Vendidas		6.947	5.631
Custos dos Produtos Vendidos		31.318	31.559
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>29</b>	<b>102.364.208</b>	<b>37.409.732</b>
Premiações		328	240
Incentivos		8.550	6.712
Constituição de Provisões		102.169.166	37.211.645
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		186.165	191.135
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>-41.207.247</b>	<b>-35.538.974</b>

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

### Balanco Orçamentário

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15</b>	<b>16.667.762</b>	<b>16.667.762</b>	<b>16.498.728</b>	<b>-169.035</b>
<b>Receitas Tributárias</b>		<b>80.462</b>	<b>80.462</b>	<b>141.338</b>	<b>60.876</b>
Taxas		80.462	80.462	141.338	60.876
<b>Receitas de Contribuições</b>	<b>16</b>	<b>10.665.446</b>	<b>10.665.446</b>	<b>11.370.376</b>	<b>704.930</b>
Contribuições Sociais		10.559.627	10.559.627	10.824.038	264.411
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		105.819	105.819	546.338	440.519
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>18</b>	<b>2.910.094</b>	<b>2.910.094</b>	<b>2.168.228</b>	<b>-741.867</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		220.360	220.360	214.918	-5.443
Valores Mobiliários		833.040	833.040	1.544.018	710.977
Exploração de Recursos Naturais		1.469.540	1.469.540	-	-1.469.540
Exploração do Patrimônio Intangível		57	57	64	7
Cessão de Direitos		387.096	387.096	409.165	22.069
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	63	63
<b>Receita Industrial</b>		<b>84.296</b>	<b>84.296</b>	<b>58.561</b>	<b>-25.735</b>
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>17</b>	<b>2.854.994</b>	<b>2.854.994</b>	<b>2.587.720</b>	<b>-267.273</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		162.901	162.901	185.613	22.712
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		2.398.121	2.398.121	2.175.611	-222.510
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		165.951	165.951	136.395	-29.555
Serviços e Atividades Financeiras		90.960	90.960	73.638	-17.322
Outros Serviços		37.061	37.061	16.463	-20.598
<b>Transferências Correntes</b>		<b>3.860</b>	<b>3.860</b>	<b>19.327</b>	<b>15.467</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>		<b>68.611</b>	<b>68.611</b>	<b>153.178</b>	<b>84.567</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		15.740	15.740	21.440	5.699
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		32.095	32.095	106.235	74.140
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital		139	139	81	-57
Demais Receitas Correntes		20.637	20.637	25.422	4.785
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>15</b>	<b>2.137.529</b>	<b>2.137.529</b>	<b>2.282.078</b>	<b>144.549</b>
<b>Operações de Crédito</b>		<b>1.856.398</b>	<b>1.856.398</b>	<b>2.075.652</b>	<b>219.254</b>
Operações de Crédito Externas		1.856.398	1.856.398	2.075.652	219.254
<b>Alienação de Bens</b>	<b>19</b>	<b>65.121</b>	<b>65.121</b>	<b>63.929</b>	<b>-1.192</b>
Alienação de Bens Móveis		53.871	53.871	63.296	9.424
Alienação de Bens Imóveis		11.250	11.250	633	-10.617
<b>Amortização de Empréstimos</b>		<b>206.610</b>	<b>206.610</b>	<b>142.497</b>	<b>-64.112</b>
<b>Transferências de Capital</b>		<b>9.400</b>	<b>9.400</b>	<b>-</b>	<b>-9.400</b>
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>		<b>18.805.291</b>	<b>18.805.291</b>	<b>18.780.806</b>	<b>-24.485</b>
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		<b>18.805.291</b>	<b>18.805.291</b>	<b>18.780.806</b>	<b>-24.485</b>
<b>DEFICIT</b>				<b>103.038.952</b>	<b>103.038.952</b>
<b>TOTAL</b>		<b>18.805.291</b>	<b>18.805.291</b>	<b>121.819.757</b>	<b>103.014.466</b>
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>		<b>-</b>	<b>5.817.860</b>	<b>-</b>	<b>-5.817.860</b>
Superávit Financeiro		-	17.708	-	-
Excesso de Arrecadação		-	3.212.103	-	-
Créditos Cancelados		-	2.588.050	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>20</b>	<b>105.216.775</b>	<b>109.939.761</b>	<b>109.958.166</b>	<b>105.869.454</b>	<b>100.002.796</b>	<b>-18.405</b>
Pessoal e Encargos Sociais	21	90.646.380	93.234.240	92.879.291	92.870.552	87.413.493	354.949
Juros e Encargos da Dívida		1.064.865	1.064.865	591.840	591.231	591.231	473.024
Outras Despesas Correntes	22	13.505.530	15.640.657	16.487.035	12.407.671	11.998.072	-846.378
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>20</b>	<b>9.985.810</b>	<b>11.080.683</b>	<b>10.670.107</b>	<b>5.974.440</b>	<b>5.930.309</b>	<b>410.576</b>
Investimentos	23	8.746.505	9.824.020	10.390.163	5.828.398	5.784.267	-566.143
Inversões Financeiras		304.136	303.786	246.636	132.588	132.588	57.149
Amortização da Dívida		935.170	952.877	33.308	13.455	13.455	919.570
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		312.103	312.103	-	-	-	312.103
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>115.514.687</b>	<b>121.332.547</b>	<b>120.628.273</b>	<b>111.843.894</b>	<b>105.933.106</b>	<b>704.274</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANC.</b>		<b>1.191.484</b>	<b>1.191.484</b>	<b>1,191.484</b>	<b>1,191.484</b>	<b>1,191.484</b>	<b>-</b>
Amortização da Dívida Externa		1.191.484	1.191.484	1.191.484	1.191.484	1.191.484	-
Outras Dívidas		1.191.484	1.191.484	1.191.484	1.191.484	1.191.484	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>		<b>116.706.171</b>	<b>122.524.031</b>	<b>121.819.757</b>	<b>113.035.378</b>	<b>107.124.590</b>	<b>704.274</b>
<b>TOTAL</b>		<b>116.706.171</b>	<b>122.524.031</b>	<b>121.819.757</b>	<b>113.035.378</b>	<b>107.124.590</b>	<b>704.274</b>

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

#### Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>669.848</b>	<b>3.631.471</b>	<b>3.545.747</b>	<b>3.514.605</b>	<b>220.059</b>	<b>566.655</b>
Pessoal e Encargos Sociais		13	5.766	5.469	5.453	279	46
Juros e Encargos da Dívida		-	618	618	618	-	-
Outras Despesas Correntes		669.835	3.625.087	3.539.660	3.508.534	219.780	566.608
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>1.202.810</b>	<b>2.636.761</b>	<b>2.284.648</b>	<b>2.263.965</b>	<b>157.052</b>	<b>1.418.554</b>
Investimentos		1.202.500	2.517.685	2.209.982	2.189.340	136.106	1.394.740
Inversões Financeiras		309	116.884	72.473	72.433	20.947	23.814
Amortização da Dívida		-	2.192	2.192	2.192	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>1.872.658</b>	<b>6.268.233</b>	<b>5.830.395</b>	<b>5.778.570</b>	<b>377.112</b>	<b>1.985.209</b>

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

#### Quadro de Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

R\$ milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>3.296</b>	<b>5.959.913</b>	<b>5.956.538</b>	<b>3.425</b>	<b>3.245</b>
Pessoal e Encargos Sociais		3	5.345.746	5.345.739	10	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	0	-
Outras Despesas Correntes		3.293	614.167	610.799	3.415	3.245
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>23.935</b>	<b>182.695</b>	<b>181.399</b>	<b>1.619</b>	<b>23.613</b>
Investimentos		23.935	182.695	181.399	1.619	23.613
Inversões Financeiras		-	-	-	0	-
Amortização da Dívida		-	-	-	0	-
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>27.230</b>	<b>6.142.609</b>	<b>6.137.937</b>	<b>5.044</b>	<b>26.858</b>

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.



### Balanço Financeiro

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez/2022	Dez/2021
INGRESSOS			
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>18.780.806</b>	<b>17.080.257</b>
Ordinárias		52.272	37.206
Vinculadas		18.958.251	17.129.674
Seguridade Social (Exceto Previdência)		10.837.997	10.344.932
Dívida Pública		2.075.652	1.985.951
Alienação de Bens e Direitos		67.034	57.757
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		5.511.129	4.741.033
Outros Recursos Vinculados		466.439	-
Recursos a Classificar		-	1
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>		<b>-229.717</b>	<b>-86.624</b>
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>349.828.840</b>	<b>334.612.993</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		334.299.480	319.263.995
Cota Recebida		109.195.557	103.317.876
Repasse Recebido		116.611.881	109.249.917
Sub-repasse Recebido		108.446.023	104.212.199
Repasse Devolvido		27.671	1.649.756
Sub-repasse Devolvido		18.349	834.247
Independentes da Execução Orçamentária		15.529.360	15.348.999
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		10.118.803	10.397.902
Demais Transferências Recebidas		19.917	158.887
Movimentação de Saldos Patrimoniais		5.390.638	4.791.838
Movimentação para Incorporação de Saldos		1	372
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>18.167.659</b>	<b>15.355.571</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		5.910.789	6.033.675
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		8.784.379	6.330.978
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.372.378	2.543.410
Outros Recebimentos Extraorçamentários		100.114	447.507
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		19	-
Restituições a Pagar		20	2
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2	3
Arrecadação de Outra Unidade		-	106.264
Variação Cambial		4.040	526
Valores para Compensação		0	-
Valores em Trânsito		-	23.351
Ajuste Acumulado de Conversão		-	164.804
Demais Recebimentos		96.033	152.557
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>22.675.778</b>	<b>23.997.506</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		22.675.778	23.997.506
<b>TOTAL</b>		<b>409.453.083</b>	<b>391.046.327</b>

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dez/2022	Dez/2021
DISPÊNDIOS			
<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>121.819.757</b>	<b>115.917.327</b>
<b>Ordinárias</b>		<b>81.050.521</b>	<b>75.628.481</b>
<b>Vinculadas</b>		<b>40.769.236</b>	<b>40.288.846</b>
Educação		5.068	4.506
Seguridade Social (Exceto Previdência)		30.491.149	28.565.188
Previdência Social (RPPS)		-	1.321.639
Dívida Pública		3.856.595	4.860.210
Alienação de Bens e Direitos		39.372	13.216
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		6.377.052	5.524.087
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>247.022.697</b>	<b>238.632.767</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		224.350.261	216.128.381
Repasso Concedido		115.834.555	108.575.491
Sub-repasso Concedido		108.446.023	104.212.199
Cota Devolvida		23.619	856.454
Repasso Devolvido		27.671	1.649.756
Sub-repasso Devolvido		18.394	834.481
Independentes da Execução Orçamentária		22.672.436	22.504.386
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		8.049.746	8.020.249
Demais Transferências Concedidas		68.539	884.397
Movimento de Saldos Patrimoniais		14.554.149	13.599.369
Movimento para Incorporação de Saldos		2	372
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>		<b>16.467.485</b>	<b>13.820.455</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		6.137.937	5.870.485
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		5.778.570	5.480.622
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.565.494	2.424.707
Outros Pagamentos Extraorçamentários		985.484	44.640
Ordens Bancárias Sacadas – Cartão Pagamento		-	15
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		352.739	-
Variação Cambial		43.819	44.626
Valores em Trânsito		481.930	-
Ajuste Acumulado de Conversão		106.996	-
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>24.143.143</b>	<b>22.675.778</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		24.143.143	22.675.778
<b>TOTAL</b>		<b>409.453.083</b>	<b>391.046.327</b>

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

ESPECIFICAÇÕES	NE	R\$ milhares	
		Dez/2022	Dez/2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>8.264.455</b>	<b>5.743.160</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>369.800.040</b>	<b>352.462.223</b>
Receita Tributária		141.338	94.979
Receita de Contribuições		11.370.376	8.590.226
Receita Patrimonial		624.383	589.706
Receita Industrial		58.561	66.063
Receita de Serviços		2.587.720	4.186.062
Remuneração das Disponibilidades		1.543.845	1.221.787
Outras Receitas Derivadas e Originárias		153.178	90.139
Transferências Correntes Recebidas		19.327	19.351
Intergovernamentais		-	18.575
Dos Estados e /ou Distrito Federal		-	12.061
Dos Municípios		-	6.514
Outras Transferências Recebidas		19.327	776
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>		<b>353.301.312</b>	<b>337.603.911</b>
Ingressos Extraorçamentários		3.372.378	2.543.410
Restituições a Pagar		20	2
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2	3
Transferências Financeiras Recebidas		349.828.840	334.612.993
Arrecadação de Outra Unidade		-	106.264
Variação Cambial		4.040	526
Valores em Trânsito		-	23.351
Ajuste Acumulado de Conversão		-	164.804
Demais Recebimentos		96.033	152.557

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2022	Dez/2021
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-361.535.585</b>	<b>-346.719.063</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-108.236.720</b>	<b>-103.884.197</b>
Judiciário		-88.043	-18.256
Essencial à Justiça		-	-37
Administração		-7.509	-10.644
Defesa Nacional		-78.677.895	-75.460.464
Segurança Pública		-527.031	-470.338
Relações Exteriores		-1.080	-460
Assistência Social		-1.923	-10.170
Previdência Social		-28.097.411	-26.884.618
Saúde		-136.355	-342.209
Educação		-9.547	-6.782
Direitos da Cidadania		-1.240	-1.908
Gestão Ambiental		-301	-1.598
Ciência e Tecnologia		-26.944	-20.850
Indústria		-6.442	-3.040
Comércio e Serviços		-339	-
Comunicação		-21	-
Energia		-10.368	-13.181
Transporte		-9.710	-6.818
Desporto e Lazer		-17.217	-15.315
Encargos Especiais		-617.363	-617.496
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		19	-15
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		<b>-591.849</b>	<b>-745.526</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-2.389	-2.871
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-433.877	-560.850
Outros Encargos da Dívida		-155.583	-181.806
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-1.133.341</b>	<b>-987.241</b>
Intergovernamentais		-456.840	-332.451
A Estados e/ou Distrito Federal		-92.229	-100.859
A Municípios		-364.611	-231.592
Intragovernamentais		-443.652	-449.823
Outras Transferências Concedidas		-232.848	-204.966
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>		<b>-251.573.674</b>	<b>-241.102.100</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-3.565.494	-2.424.707
Transferências Financeiras Concedidas		-247.022.697	-238.632.767
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-352.739	-
Variação Cambial		-43.819	-44.626
Valores em Trânsito		-481.930	-
Ajuste Acumulado de Conversão		-106.996	-

ESPECIFICAÇÕES	NE	Dez/2022	Dez/2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>-7.665.610</b>	<b>-7.298.919</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>206.427</b>	<b>235.993</b>
Alienação de Bens		63.929	54.659
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		142.497	181.334
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-7.872.037</b>	<b>-7.534.912</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-5.253.773	-4.334.389
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-188.919	-183.829
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.429.345	-3.016.694
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>868.521</b>	<b>234.031</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>2.075.652</b>	<b>1.985.951</b>
Operações de Crédito		2.075.652	1.985.951
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-1.207.131</b>	<b>-1.751.921</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-1.207.131	-1.751.921
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>1.467.366</b>	<b>-1.321.728</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>22.675.778</b>	<b>23.997.506</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>24.143.143</b>	<b>22.675.778</b>

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2021</b>	<b>378.514</b>	<b>27.282</b>	-	<b>137.263</b>	<b>29.436</b>	<b>30.535.457</b>	-	-	<b>31.107.953</b>
Varição Cambial	-	-	-	-	-	1.532.925	-	-	1.532.925
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	4.008	-	-	-	-1.018.869	-	-	-1.014.861
Aumento/Redução de Capital	24.062	-13.504	-	-	-	-3.210	-	-	7.349
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	24.625	-	-	-	24.625
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-35.538.974	-	-	-35.538.974
Constituição/Reversão de Reservas	-	3.210	-	-25.652	-	23.410	-	-	968
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final do Exercício 2021</b>	<b>402.576</b>	<b>20.997</b>	-	<b>111.611</b>	<b>54.061</b>	<b>-4.469.261</b>	-	-	<b>-3.880.015</b>

R\$ milhares

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2022</b>	<b>402.576</b>	<b>20.997</b>	-	<b>111.611</b>	<b>54.061</b>	<b>-4.469.261</b>	-	-	<b>-3.880.015</b>
Variação Cambial	-	-	-	-	-3	-242.576	-	-	-242.579
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	4.970	-	-	-	-454.672.868	-	-	-454.667.898
Aumento/Redução de Capital	1.761	2.209	-	-	-	-27	-	-	3.943
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	1.069	-73.960	-	-	-72.891
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-41.207.247	-	-	-41.207.247
Constituição/Reversão de Reservas	-	27	-	-177	-	900	-	-	750
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo Final do Exercício 2022</b>	<b>404.337</b>	<b>28.204</b>	-	<b>111.434</b>	<b>55.127</b>	<b>-500.665.039</b>	-	-	<b>-500.065.937</b>

Fonte: Siafi, em 30/1/2023.

## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**

### **1 - Base de Elaboração das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

#### **1.1 Base de Elaboração**

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; do Decreto nº 93.872/1986; da Lei nº 10.180/2001; e da Lei Complementar nº 101/2000 e abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP do Conselho Federal de Contabilidade - CFC; e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e no Manual Siafi, ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e buscam esclarecer e detalhar as informações, sendo peças fundamentais para sua melhor compreensão e análise.

#### **1.2 Uso de Estimativas e Julgamentos**

Para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as NBC TSP do CFC e as orientações contidas no MCASP, é exigido que o Órgão faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas.

As principais estimativas e premissas estão relacionadas a seguir:

a) Imobilizado: a partir de 2010 a vida útil econômica dos bens do imobilizado foi definida conforme estabelecido na Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão de Bens na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, do Manual Siafi.

b) Provisões: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências, apontando as principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos, conforme estabelecido pela Macrofunção 02.03.36 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Manual Siafi.

### **2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Ministério da Defesa obedecem às opções e premissas do MCASP, conforme a seguir:

#### **2.1 Moeda Funcional e de Apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Órgão atua ("a moeda funcional"). Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Órgão e, também, a sua moeda de apresentação, podendo ocorrer variações dos saldos de algumas contas contábeis, decorrentes da taxa de câmbio vigente, durante a conversão dos valores registrados em moeda estrangeira para a moeda funcional no período.

## 2.2 Disponibilidades

Incluem a conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

## 2.3 Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente com: créditos por dano ao patrimônio, empréstimos e financiamentos concedidos e adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações financeiras.

## 2.4 Estoques

Estoques compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, as matérias-primas e o almoxarifado. São mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método aplicado majoritariamente para a mensuração e a avaliação das saídas dos estoques utilizados pelo Ministério da Defesa é o preço médio ponderado das compras, considerando que são, em sua maioria, bens de almoxarifado, em conformidade com o inciso III, do art. 106, da Lei nº 4.320/1964.

## 2.5 Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber realizáveis em prazo superior a 12 meses, contados da data das demonstrações financeiras. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos de atualizações e correções monetárias.

## 2.6 Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida a respectiva depreciação acumulada.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do Imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob a gestão da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia (SPU). O SPIUnet está integrado ao Siafi para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

## 2.7 Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).



## **2.8 Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas Autarquias e Fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, as NBC TSP e o MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, disponível no sítio da STN, e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

### **a) Reavaliação**

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, das Autarquias e das Fundações públicas federais deverão ser reavaliados:

- (i) Aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- (ii) Aqueles em que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- (iii) Caso seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e as características específicas dos imóveis e os preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

### **b) Redução ao valor recuperável**

O Ministério da Defesa segue a metodologia para reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor dos ativos conforme as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e do Manual Siafi, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

### **c) Depreciação, Amortização e Exaustão**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte. Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

### **d) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de *Kuentzle*, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de

bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

### 2.9 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; fornecedores e contas a pagar; e demais obrigações a curto prazo.

### 2.10 Empréstimos e Financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas, efetuadas diretamente com o fornecedor.

### 2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. O valor reconhecido como provisão refere-se a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis, correspondendo ao que a entidade racionalmente pagaria para, na data das demonstrações contábeis, liquidar a obrigação ou para transferi-la a um terceiro.

As estimativas dos resultados e efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de casos similares e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

As provisões são reavaliadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

Os procedimentos contábeis aplicados às provisões têm como base legal a NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o MCASP. As provisões de curto e longo prazo dos proventos de militares veteranos são evidenciadas em atendimento à NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados, bem como às recomendações do TCU.

## 3 – Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo “Caixa e Equivalente de Caixa”, representado por valores em caixa e em bancos, apresentou aumento de 6,47%, quando comparados com os saldos apurados no exercício anterior, com a seguinte distribuição por Órgão:

**Tabela 1 – Caixa e Equivalente de Caixa - Por Órgão**

	R\$ milhares			
Órgão	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	141.536	103.389	36,90	0,59
Comando da Marinha	5.903.153	5.419.094	8,93	24,45
Comando do Exército	6.306.306	5.747.751	9,72	26,12
Comando da Aeronáutica	11.792.149	11.405.544	3,39	48,84
<b>Total</b>	<b>24.143.143</b>	<b>22.675.778</b>	<b>6,47</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Na distribuição entre os órgãos, o Comando da Aeronáutica apresentou o maior saldo no trimestre (48,84%). Verificou-se variação positiva no Ministério da Defesa na comparação entre dezembro de 2022 e dezembro de 2021 (36,90%). A composição desse item é apresentada na Tabela 2.

**Tabela 2 - Caixa e Equivalente de Caixa - Composição**

	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
CTU – Recursos da Conta Única Aplicados	10.282.617	10.957.153	-6,16	42,59
Limite de Saque c/ Vinculação Pagto – Ordem Pagto - OFSS	5.775.079	5.565.913	3,76	23,92
Bancos Conta Movimento Bancos Oficiais Exter.	2.249.605	1.715.929	31,10	9,32
Fundo de Aplicação Financeira	2.190.623	524.600	317,58	9,07
Poupança	1.198.201	1.046.076	14,54	4,96
CDB	750.000	-	-	3,11
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS	715.426	1.043.735	-31,46	2,96
Aplicação Financeira Liquidez Imediata Recurso CTU	677.498	1.036.727	-34,65	2,81
Aplicação Financeira Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira	285.187	333.757	-14,55	1,18
Demais	18.908	21.865	-13,52	0,08
Fundo de Aplicação – Extramercado	-	430.023	-100,00	-
<b>Total</b>	<b>24.143.143</b>	<b>22.675.778</b>	<b>6,47</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

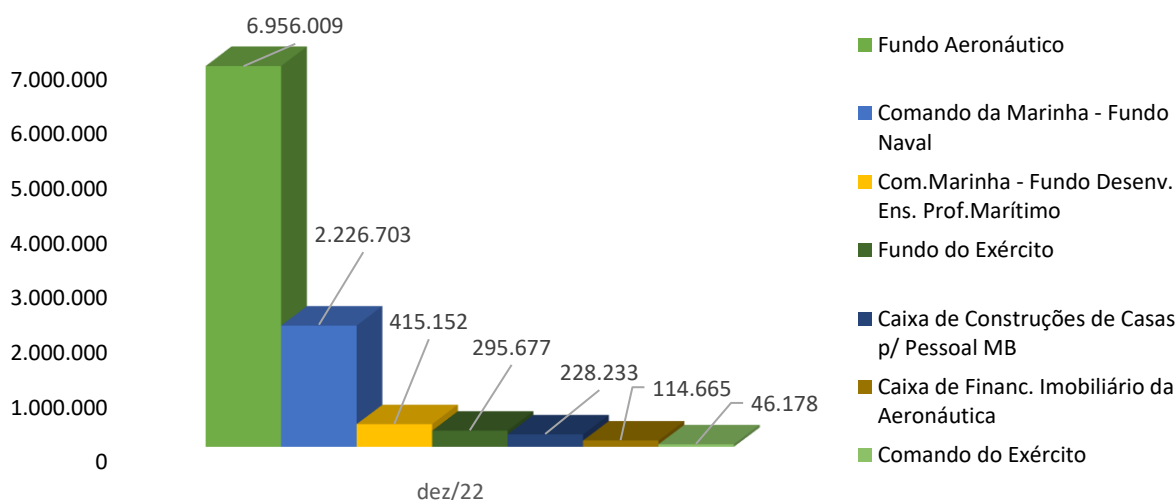
O item “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Ordem Pagamento – OFSS” representa os valores dos equivalentes de caixa (Limite de Saque da Conta Única) aguardando a autorização do pagamento e posterior da emissão da ordem bancária, em grande parte relativos à folha de pagamento do mês de dezembro e representou, no período, 23,92% do Subgrupo.

Além disso, relevante destacar a variação positiva de 317,58% no item “Fundo de Aplicação Financeira”, representado, em grande parte, no Fundo do Exército, pela absorção, ao final do exercício de 2021, dos saldos do item “Fundo de Aplicação – Extramercado”, bem como pela transferência de saldos de aplicações classificados no item “CTU – Recursos da Conta Única Aplicados”.

Quanto ao item “CTU – Recursos da Conta Única Aplicados”, que representa os recursos da Conta Única arrecadados em fontes próprias em processo de aplicação financeira, sua distribuição pode ser assim demonstrada:

R\$ milhares

**Gráfico 1: Aplicações Financeiras - Conta Única**



Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

#### 4 - Créditos e Valores a Curto Prazo

Os Créditos e Valores representam os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, transferências, adiantamentos, empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações financeiras. A Tabela 3 demonstra a composição do subgrupo “Créditos e Valores a Curto Prazo” por Órgão.

**Tabela 3- Créditos e Valores a Curto Prazo por Órgão**

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	87.648	79.231	10,62	4,02
Comando da Marinha	1.304.493	801.899	62,68	59,79
Comando do Exército	732.889	595.974	22,97	33,59
Comando da Aeronáutica	56.781	48.183	17,85	2,60
<b>Total</b>	<b>2.181.811</b>	<b>1.525.287</b>	<b>43,04</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Os Órgãos Comando da Marinha e Comando do Exército apresentaram os saldos mais significativos (59,79% e 33,59%, respectivamente).

A Tabela 4 demonstra os “Créditos e Valores a Curto Prazo” segregados pelos subgrupos “Créditos a Curto Prazo” e “Demais Créditos a Curto Prazo”.

**Tabela 4 – Créditos e Valores Curto Prazo – Composição**

Subgrupo		Título	R\$ milhares			
			Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	Empréstimos e Financiamentos Concedidos		158.848	158.132	0,45	7,28
	Clientes		147.891	98.033	50,86	6,78
	Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo		-8.556	-12.024	-28,84	-0,39
<b>Subtotal – Créditos a Curto Prazo</b>			<b>298.183</b>	<b>244.141</b>	<b>22,14</b>	<b>13,67</b>
<b>Demais Créditos a Curto Prazo</b>	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		1.947.475	1.375.174	41,62	89,26
	Ajuste para Perda Demais Créd./Valor Curto Prazo		-63.848	-94.028	-32,10	-2,93
<b>Subtotal – Demais Créditos a Curto Prazo</b>			<b>1.883.628</b>	<b>1.281.146</b>	<b>47,03</b>	<b>86,33</b>
<b>Total - Créditos e Valores Curto Prazo</b>			<b>2.181.811</b>	<b>1.525.287</b>	<b>43,04</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Os haveres decorrentes de empréstimos e financiamentos concedidos (curto prazo) estão registrados no âmbito da Caixa de Construções de Casas para Pessoal da Marinha Brasil (98,22%) e da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (1,78%).

Os saldos dos itens “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” representam 86,33% do subgrupo “Créditos e Valores a Curto Prazo”.

A Tabela 5 apresenta a distribuição do título “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” por Órgão:

**Tabela 5 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo por Órgão**

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	66.917	55.015	21,63	3,55
Comando da Marinha	1.148.477	646.536	77,64	60,97
Comando do Exército	614.162	534.114	14,99	32,61
Comando da Aeronáutica	54.072	45.481	18,89	2,87
<b>Total</b>	<b>1.883.628</b>	<b>1.281.146</b>	<b>47,03</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/10/2022.

Os Órgãos Comando da Marinha e Comando do Exército apresentaram os saldos mais significativos (60,97% e 32,61%, respectivamente).

A Tabela 6, a seguir, detalha a composição do subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”.

**Tabela 6 - Demais Créditos e Valores CP – Composição**

	R\$ milhares		
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)
Outros Créditos a Rec. e Valores a Curto Prazo	1.020.040	566.082	80,19
Adiantamentos Concedidos	888.582	768.674	15,60
Créditos por Danos ao Patrimônio	37.865	30.347	24,77
Tributos a Recuperar / Compensar	984	10.065	-90,22
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5	5	0,00
Ajuste p/ Perda Demais Créd. / Valor Curto Prazo	-63.848	-94.028	-32,10
<b>Total</b>	<b>1.883.628</b>	<b>1.281.146</b>	<b>47,03</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Os adiantamentos concedidos referem-se, principalmente, a “Adiantamentos a Fornecedores” (62,37%) e a “Adiantamentos Concedidos a Pessoal” (35,12%).

A Tabela 7 apresenta o subgrupo “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”, organizados por órgão.

**Tabela 7 - Demais Créditos e Valores CP - Outros Créditos a Receber e Valores a CP - Órgão**

	R\$ milhares	
Órgão	Dez/2022	AV (%)
Ministério da Defesa	62.608	6,14
Comando da Marinha	705.992	69,21
Comando do Exército	217.914	21,36
Comando da Aeronáutica	33.526	3,29
<b>Total</b>	<b>1.020.040</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 18/1/2023.

O subgrupo de “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo” apresentou no período uma variação positiva de 80,19% (Tabela 6), com maior impacto no Comando da Marinha, representando 69,21% do total (Tabela 7).

A Tabela 8 apresenta a composição do subgrupo “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”.

**Tabela 8 - Demais Créditos e Valores CP - Outros Créditos a Receber e Valores CP – Composição**

	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Valores em Trânsito – UG Exterior	556.177	79.410	600,38	54,53
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	205.696	127.402	61,45	20,17
Crédito a Receber de Entidades Federais	199.922	313.585	-36,25	19,60
Remuneração Recursos Aplicados na CTU a Receber	27.306	28.960	-5,71	2,68
Crédito a Receber por Cessão de Áreas Públicas	19.443	12.645	53,76	1,91
Rendimentos de Aplicações Pré-Fixados	8.412	-	-	0,82
Demais	3.083	4.080	-24,43	0,30
<b>Total</b>	<b>1.020.040</b>	<b>566.082</b>	<b>80,19</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Verifica-se que o item mais relevante se refere a “Valores em Trânsito – UG no Exterior” e representa 54,53% do total. Tais valores estão registrados principalmente no Comando da Marinha (86,20%), que representam transferências financeiras destinadas a compromissos da Comissão Naval Brasileira em Washington (USA) e no Comando do Exército (13,51%).

O segundo item de maior relevância, ou seja, 20,17% do total representam os valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por intermédio de Termo de Execução Descentralizada – TED, sendo que os valores registrados no Comando do Exército e no Ministério da Defesa representam 68,33% e 19,68%, respectivamente, do total.

O item “Créditos a Receber de Entidades Federais”, que representa 19,60% do total. Tais créditos estão registrados no âmbito da autarquia Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha – CCCPM junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, oriundos de saldos

devedores residuais de contratos de financiamentos firmados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH.

## 5 – Estoques

Os Estoques representam os materiais de consumo em almoxarifado; as importações em andamento e os materiais em trânsito. A Tabela 9 apresenta a composição do subgrupo “Estoques” por Órgão:

**Tabela 9 - Estoques por Órgão**

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	22.701	24.410	-7,00	0,15
Comando da Marinha	2.435.533	2.483.752	-1,94	16,29
Comando do Exército	2.956.385	2.660.766	11,11	19,77
Comando da Aeronáutica	9.537.398	7.689.980	24,02	63,79
<b>Total</b>	<b>14.952.016</b>	<b>12.858.907</b>	<b>16,28</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

O subgrupo “Estoques” apresentou variação de 16,28% em relação ao período anterior, sendo que o Comando da Aeronáutica teve a maior variação (24,02%) e também o maior valor registrado, correspondendo a 63,79% do total. A Tabela 10 apresenta o detalhamento do subgrupo “Estoques”.

**Tabela 10 - Estoques - Composição**

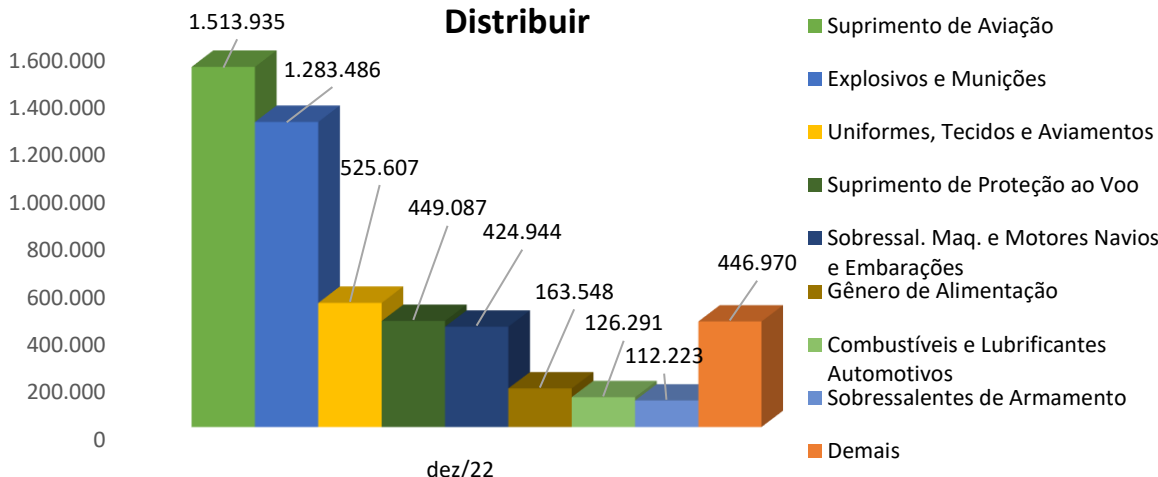
	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Material de Consumo – Estoque Interno para Distribuir	5.046.091	4.594.195	9,84	33,75
Materiais de Consumo	4.112.638	4.026.151	2,15	27,51
Estoque Sobressalentes a Reparar	1.862.150	356.401	422,49	12,45
Importações em Andamento - Estoques	1.112.894	1.194.681	-6,85	7,44
Materiais de Consumo em Trânsito	908.203	1.147.157	-20,83	6,07
Estoque Sobressalentes a Alienar	600.593	315.433	90,40	4,02
Mat. Const. Est. Armazém Terceiros para Distribuição	457.872	525.059	-12,80	3,06
Estoque Sobressalentes em Reparo	355.210	20.066	1.670,18	2,38
Matérias-Primas – Armazéns de Terceiros	240.844	430.545	-44,06	1,61
Demais	260.063	263.535	-1,32	1,74
*Ajuste de Perdas em Estoque	-4.543	-14.318	-68,27	-0,03
<b>Total</b>	<b>14.952.016</b>	<b>12.858.907</b>	<b>16,28</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Quanto ao item “Material de Consumo – Estoque Interno para Distribuir”, que representa os registros dos valores relativos a aquisições e/ou transferências de material de consumo para a formação de estoque interno destinado à distribuição, sua composição pode ser assim demonstrada:

R\$ milhares

**Gráfico 2: Material de Consumo – Estoque Interno para Distribuir**



Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

As variações positivas observadas no item “Estoques Sobressalentes a Reparar” (422,49%) são decorrentes de acertos de sistema analítico do Comando da Aeronáutica, paralelo ao SIAFI. Cumpre registrar que o referido item contempla estoques de peças que foram substituídas por manutenção periódica ou quebra e ainda não foram encaminhadas para reparo.

## 6 – Ativo Realizável a Longo Prazo

O “Ativo Realizável a Longo Prazo”, que compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo, está distribuído pelos Órgãos conforme Tabela 11.

**Tabela 11 - Ativo Realizável a Longo Prazo por Órgão**

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	173.360	158.108	9,65	17,02
Comando da Marinha	805.994	751.316	7,28	79,11
Comando do Exército	18.478	16.961	8,94	1,81
Comando da Aeronáutica	20.943	19.328	8,36	2,06
<b>Total</b>	<b>1.018.775</b>	<b>945.714</b>	<b>7,73</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Esse Grupo, cujos saldos encontram-se em sua quase totalidade no subgrupo “Créditos a Longo Prazo”, apresentou variação positiva de 7,73% em relação a dezembro de 2021. O Comando da Marinha teve o saldo mais expressivo do Grupo (79,11%).

A composição do subgrupo “Créditos a Longo Prazo” é detalhada na Tabela 12.

**Tabela 12 - Créditos a Longo Prazo – Composição**

	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	818.145	764.648	7,00	80,43
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	350.110	328.133	6,70	34,42
Clientes	1.742	560	210,94	0,17
Ajuste de Perda de Demais Créditos e Valores	-140.249	-135.620	3,41	-13,79
Ajuste de Perda de Créditos a Longo Prazo	-12.591	-12.007	4,86	-1,24
<b>Total</b>	<b>1.017.157</b>	<b>945.714</b>	<b>7,55</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Os itens “Empréstimos e Financiamentos Concedidos” e “Demais Créditos e Valores a Longo Prazo” representam 80,43% e 34,42% do total, respectivamente.

A Tabela 13 demonstra os “Empréstimos e Financiamentos Concedidos” por Órgão.

**Tabela 13 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos por Órgão**

Órgão	R\$ milhares		
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)
Caixa de Construções de Casas p/Pessoal da MB	798.988	745.907	7,12
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	19.157	18.741	2,22
<b>Total</b>	<b>818.145</b>	<b>764.648</b>	<b>7,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Conforme demonstrado na Tabela 12, os “Demais Créditos a Longo Prazo” representam 34,42% do total do subgrupo “Créditos a Longo Prazo”. A Tabela 14 detalha sua composição.

**Tabela 14 - Demais Créditos a Longo Prazo – Composição**

	R\$ milhares		
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)
Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU	297.434	281.100	5,81
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	38.254	35.277	8,44
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	14.397	11.755	22,47
Demais	24	0	4.976,18
<b>Subtotal</b>	<b>350.110</b>	<b>328.133</b>	<b>6,70</b>
Ajuste de Perda de Demais Créditos e Valores	-140.249	-135.620	3,41
<b>Total</b>	<b>209.861</b>	<b>192.513</b>	<b>9,01</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

O item “Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU” apresentou o saldo mais expressivo do subgrupo “Demais Créditos a Longo Prazo”, no montante de R\$ 297,43 milhões. Esse subgrupo representa direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em Tomadas de Contas Especial e julgados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, a partir de Acórdãos com imposição de débito ao responsável.

A Tabela 15 demonstra a alocação do item por Órgão.

**Tabela 15 - Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU**

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	162.608	149.597	8,70	54,67
Comando da Marinha	80.187	75.789	5,80	26,96
Comando do Exército	6.085	6.085	0,00	2,05
Comando da Aeronáutica	48.553	49.628	-2,17	16,32
<b>Total</b>	<b>297.434</b>	<b>281.100</b>	<b>5,81</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

O item “Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU” apresentou variação de 5,81% em relação ao período anterior. O Ministério da Defesa e o Comando da Marinha tiveram os maiores valores registrados, correspondendo a 54,67% e 26,96% do total, respectivamente.

Ainda em relação ao título “Demais Créditos a Longo Prazo” (Tabela 14), observou-se uma variação positiva (8,44%) no item “Outros Créditos a Receber a Longo Prazo”. A Tabela 16 apresenta a alocação da rubrica por Órgão.

**Tabela 16 - Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo**

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	24.398	21.433	13,83	63,78
Comando do Exército	1.942	1.760	10,40	5,08
Comando da Aeronáutica	11.913	12.084	-1,42	31,14
<b>Total</b>	<b>38.254</b>	<b>35.277</b>	<b>8,44</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

O Ministério da Defesa e o Comando da Aeronáutica tiveram os maiores valores registrados, correspondendo a 60,78% e 31,14% do total, respectivamente.



## 7 – Imobilizado

O Ativo Imobilizado abrange os direitos que tenha por objeto bens corpóreos mantidos para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, sendo classificado em bens móveis e imóveis.

### a-) Bens Móveis

Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

Ao final do 4º trimestre do exercício de 2022, o item “Bens Móveis” totalizava R\$ 81,52 bilhões. A Tabela 17 apresenta sua segregação por Órgão.

**Tabela 17 – Ativo Imobilizado – Bens Móveis por Órgão**

		R\$ milhares			
		Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	Bens Móveis	404.238	370.156	9,21	0,50
	Depreciação Acumulada	-216.184	-205.647	5,12	-0,27
	<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>188.054</b>	<b>164.508</b>	<b>14,31</b>	<b>0,23</b>
Comando da Marinha	Bens Móveis	33.321.130	31.521.093	5,71	40,87
	Depreciação Acumulada	-2.020.095	-1.707.806	18,29	-2,48
	Redução Valor Recuperável Bens Móveis	-120.869	-115.927	4,26	-0,15
	<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>31.180.165</b>	<b>29.697.360</b>	<b>4,99</b>	<b>38,25</b>
Comando do Exército	Bens Móveis	21.070.783	20.368.686	3,45	25,85
	Depreciação Acumulada	-4.815.687	-4.235.629	13,69	-5,91
	<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>16.255.096</b>	<b>16.133.057</b>	<b>0,76</b>	<b>19,94</b>
Comando da Aeronáutica	Bens Móveis	35.473.348	33.320.434	6,46	43,51
	Depreciação Acumulada	-1.576.444	-1.370.573	15,02	-1,93
	<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>33.896.904</b>	<b>31.949.861</b>	<b>6,09</b>	<b>41,58</b>
<b>Total</b>		<b>81.520.219</b>	<b>77.944.785</b>	<b>4,59</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/11/2021.

O item “Bens Móveis” apresentou variação positiva de 4,59%. Os Comandos da Aeronáutica e da Marinha têm os maiores valores registrados, correspondendo a 41,58% e 38,25% do total, respectivamente. A Tabela 18 apresenta a composição dos Bens Móveis.

**Tabela 18 - Ativo Imobilizado – Bens Móveis: Composição**

Bens Móveis	Dez/2022			Dez/ 2021			AH (%)	AV (%)
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido		
Bens Móveis em Andamento	34.623.708	-	<b>34.623.708</b>	38.272.788	-	<b>38.272.788</b>	-9,53	42,47
Veículos	28.684.412	-3.510.872	<b>25.173.540</b>	22.201.185	-3.029.836	<b>19.171.349</b>	31,31	30,88
Máq., Aparelhos, Equip. e Ferramenta	10.405.003	-3.062.481	<b>7.342.522</b>	9.191.537	-2.634.564	<b>6.556.973</b>	11,98	9,01
Bens Móveis em Almoarifado	6.583.135	-635	<b>6.582.499</b>	7.141.999	-920	<b>7.141.079</b>	-7,82	8,07
Demais Bens Móveis	4.442.546	-13.076	<b>4.429.470</b>	3.677.884	-11.597	<b>3.666.287</b>	20,82	5,43
Móveis e Utensílios	1.737.392	-791.609	<b>945.783</b>	1.562.274	-725.826	<b>836.449</b>	13,07	1,16
Bens de Informática	1.673.980	-929.948	<b>744.032</b>	1.568.020	-850.624	<b>717.396</b>	3,71	0,91
Armamentos	1.619.802	-153.077	<b>1.466.726</b>	1.478.693	-117.737	<b>1.360.956</b>	7,77	1,80
Material Cultural, Educ. e de Comunic.	479.537	-161.491	<b>318.047</b>	466.780	-143.983	<b>322.797</b>	-1,47	0,39
Semoventes	19.947	-5.222	<b>14.725</b>	19.036	-4.568	<b>14.468</b>	1,77	0,02
Peças e Conjuntos de Reposição	36	-	<b>36</b>	172	-	<b>172</b>	-79,23	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>90.269.498</b>	<b>-8.628.410</b>	<b>81.641.088</b>	<b>85.580.368</b>	<b>-7.519.656</b>	<b>78.060.713</b>	<b>4,59</b>	<b>100,15</b>
Redução ao Valor Recup. Imobilizado	-	-	<b>-120.869</b>	-	-	<b>-115.927</b>	4,26	-0,15
<b>Total</b>	<b>90.269.498</b>	<b>-8.628.410</b>	<b>81.520.219</b>	<b>85.580.368</b>	<b>-7.519.656</b>	<b>77.944.785</b>	<b>4,59</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Verifica-se que no item “Bens Móveis em Andamento” são classificados todos os gastos com bens móveis em elaboração; as importações em andamento, bem como os adiantamentos para inversões em bens móveis.

Do total desse item, o Comando da Aeronáutica detém 52,13% dos valores, notadamente representados, principalmente, pelo Projeto F-X2 (aquisição de vinte e oito aeronaves de caça multiemprego monoposto e oito aeronaves de caça multiemprego biposto). No Comando da Marinha estão registrados 42,54% dos valores, relativos, principalmente, às aquisições de máquinas e motores de navios e submarinos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), fornecimento de materiais e aquisição de torpedos.

Outra variação relevante pode ser observada no item veículos, com um crescimento nominal na ordem de R\$ 6,2 bilhões, principalmente representado pela incorporação de saldo da estrutura/casco do Submarino Riachuelo S-40 no montante de R\$ 5,3 bilhões, no Comando da Marinha.

#### b-) Bens Imóveis

Abrange os bens vinculados ao terreno que não podem ser retirados sem destruição ou danos.

Em 31/12/2022, o item “Bens Imóveis” totalizava R\$ 272,15 bilhões e estavam distribuídos conforme detalhado na Tabela 19.

**Tabela 19 – Ativo Imobilizado – Bens Imóveis por Órgão**

		R\$ milhares			
		Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	Bens Imóveis	1.072.117	1.052.519	1,86	0,39
	Depreciação Acumulada	-9.149	-44.036	-79,22	0,00
	<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>1.062.968</b>	<b>1.008.483</b>	<b>5,40</b>	<b>0,39</b>
Comando da Marinha	Bens Imóveis	56.425.513	54.154.261	4,19	20,73
	Depreciação Acumulada	-44.964	-243.658	-81,55	-0,02
	<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>56.380.549</b>	<b>53.910.603</b>	<b>4,58</b>	<b>20,72</b>
Comando do Exército	Bens Imóveis	109.619.887	104.374.976	5,03	40,28
	Depreciação Acumulada	-209.174	-893.785	-76,60	-0,08
	Amortização Acumulada	-1.002	-931	7,59	0,00
	<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>109.409.710</b>	<b>103.480.260</b>	<b>5,73</b>	<b>40,20</b>
Comando da Aeronáutica	Bens Imóveis	105.488.809	84.349.560	25,06	38,76
	Depreciação Acumulada	-191.060	-1.077.876	-82,27	-0,07
	<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>105.297.749</b>	<b>83.271.684</b>	<b>26,45</b>	<b>38,69</b>
<b>Total</b>		<b>272.150.976</b>	<b>241.671.029</b>	<b>12,61</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

O Comando do Exército é o órgão que apresenta maior valor registrado no item de “Bens Imóveis” (40,20%) seguido do Comando da Aeronáutica (38,69%).

Os “Bens Imóveis” classificam-se em “Bens de Uso Especial”; “Bens Dominicais”; “Bens de Uso Comum ao Povo” e “Bens Imóveis em Andamento”.

A Tabela 20 demonstra a composição do item “Bens Imóveis”.

**Tabela 20 - Ativo Imobilizado – Bens Imóveis: Composição**

R\$ milhares

Bens Imóveis	Dez/2022			Dez/ 2021			AH (%)	AV (%)
	Custo Histórico	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido	Custo Histórico	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido		
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	258.420.147	-385.388	<b>258.034.760</b>	230.443.891	-2.192.765	<b>228.251.126</b>	13,05	94,81
Bens Imóveis em Andamento	12.918.905	-	<b>12.918.905</b>	12.308.726	-	<b>12.308.726</b>	4,96	4,75
Instalações	587.273	-7.855	<b>579.417</b>	516.004	-7.049	<b>508.955</b>	13,84	0,21
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet	503.562	-61.105	<b>442.456</b>	500.353	-59.541	<b>440.812</b>	0,37	0,16
Demais Bens Imóveis	156.246	-	<b>156.246</b>	141.777	-	<b>141.777</b>	10,21	0,06
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	20.184	-1.002	<b>19.182</b>	20.347	-931	<b>19.415</b>	-1,20	0,01
Bens Dominicais Não Registrados no SIAPA	11	-	<b>11</b>	76	-	<b>76</b>	-86,16	0,00
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	<b>0</b>	142	-	<b>142</b>	-100,00	0,00
<b>Total</b>	<b>272.606.326</b>	<b>-455.350</b>	<b>272.150.976</b>	<b>243.931.316</b>	<b>-2.260.286</b>	<b>241.671.029</b>	<b>12,61</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

Os “Bens de Uso Especial”, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração pública, representam 94,98% do total do item. Esses bens são segregados conforme sua forma de registro. Os maiores valores são os dos “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, ferramenta de apoio à administração dos imóveis de uso especial da União. Esses bens representam 94,81% do total dos bens imóveis.

A Tabela 21 apresenta o detalhamento dos “Bens de Uso Especial”, considerando os registrados ou não no SPIUnet.

**Tabela 21- Bens Imóveis de Uso Especial - Composição**

R\$ milhares

Bens Imóveis	Dez/2022			Dez/2021			AH (%)	AV (%)
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido		
Aquartelamentos	136.344.684	-98.903	<b>136.245.781</b>	115.663.876	-768.281	<b>114.895.595</b>	18,58	52,71
Terrenos, Glebas	42.786.112	0	<b>42.786.112</b>	40.439.756	-15.017	<b>40.424.739</b>	5,84	16,55
Aeroportos, Estações e Aeródromos	27.628.349	-13.489	<b>27.614.859</b>	24.250.227	-213.152	<b>24.037.075</b>	14,88	10,68
Imóveis Residenciais e Comerciais	16.527.705	-228.269	<b>16.299.436</b>	15.890.188	-943.618	<b>14.946.571</b>	9,05	6,31
Fazendas, Parques e Reservas	13.073.157	-1.531	<b>13.071.626</b>	13.054.849	-7.717	<b>13.047.132</b>	0,19	5,06
Complexos, Fábricas e Usinas	12.237.412	-10.002	<b>12.227.410</b>	11.888.131	-43.994	<b>11.844.137</b>	3,24	4,73
Demais - Registrados no SPIUnet	9.822.730	-33.194	<b>9.789.536</b>	9.256.864	-200.987	<b>9.055.878</b>	8,10	3,79
<b>Subtotal - Registrados no SPIUnet</b>	<b>258.420.147</b>	<b>-385.388</b>	<b>258.034.760</b>	<b>230.443.891</b>	<b>-2.192.765</b>	<b>228.251.126</b>	<b>13,05</b>	<b>99,83</b>
Aeroportos, Estações e Aeródromos	243.631	-	<b>243.631</b>	243.631	-	<b>243.631</b>	0,00	0,09
Edifícios	237.417	-61.105	<b>176.312</b>	233.271	-59.541	<b>173.731</b>	1,49	0,07
Demais - Não Registrados SPIUnet	22.513	-	<b>22.513</b>	23.451	-	<b>23.451</b>	-4,00	0,01
<b>Subtotal - Não Registrados SPIUnet</b>	<b>503.562</b>	<b>-61.105</b>	<b>442.456</b>	<b>500.353</b>	<b>-59.541</b>	<b>440.812</b>	<b>0,37</b>	<b>0,17</b>
<b>Total</b>	<b>258.923.709</b>	<b>-446.493</b>	<b>258.477.216</b>	<b>230.944.244</b>	<b>-2.252.306</b>	<b>228.691.938</b>	<b>13,02</b>	<b>100,00</b>

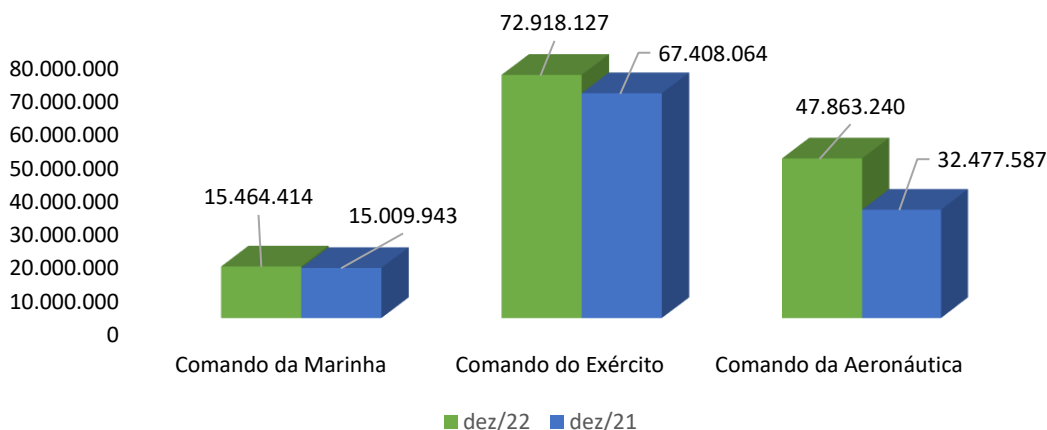
Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

No grupo que compõem os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, o saldo mais relevante é o relativo ao item “Aquartelamentos”, que registra os quartéis, bases e fortes militares, representou, no período, o equivalente a 52,71% do total do item, com um crescimento de 18,58%, quando comparado com os saldos de dezembro de 2021, representado, em grande parte, pela reavaliação de bens imóveis. Maiores detalhes podem ser obtidos na NE 30 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.

Conforme demonstrado no Gráfico 3, onde se verifica que o Comando do Exército é o órgão que possui o maior saldo (54%).

R\$ milhares

**Gráfico 3: Aquartelamento<sup>1</sup>**



Fonte: Siafi, em 16/1/2023.

<sup>1</sup>Bens de Uso Especial Registrado no SPIUnet

## 8 – Intangível

Trata-se de um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, tais como *softwares* e marcas e patentes.

Ao final do quarto trimestre de 2022, o Ativo Intangível totalizava R\$ 6,77 bilhões e está distribuído nos Órgãos conforme detalhado na Tabela 22.

**Tabela 22 – Intangível por Órgão**

		R\$ milhares			
		Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	Intangível	570.792	568.140	0,47	8,43
	Amortização Acumulada	-165.744	-131.825	25,73	-2,45
	<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>405.048</b>	<b>436.315</b>	<b>-7,17</b>	<b>5,98</b>
Comando da Marinha	Intangível	5.906.047	6.004.549	-1,64	87,19
	Amortização Acumulada	-2.671	-2.333	14,45	-0,04
	<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>5.903.377</b>	<b>6.002.216</b>	<b>-1,65</b>	<b>87,15</b>
Comando do Exército	Intangível	141.707	137.641	2,95	2,09
	Amortização Acumulada	-45.952	-42.923	7,06	-0,68
	<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>95.755</b>	<b>94.718</b>	<b>1,09</b>	<b>1,41</b>
Comando da Aeronáutica	Intangível	378.029	326.460	15,80	5,58
	Amortização Acumulada	-8.094	-3.798	113,10	-0,12
	<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>369.936</b>	<b>322.662</b>	<b>14,65</b>	<b>5,46</b>
<b>Total</b>		<b>6.774.116</b>	<b>6.855.911</b>	<b>-1,19</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

Verifica-se que o maior saldo está registrado no Comando da Marinha (87,15%). O Comando da Aeronáutica apresentou a maior variação (14,65%) em relação ao trimestre anterior.

A composição por itens patrimoniais é apresentada na Tabela 23.

**Tabela 23 - Intangível – Composição**

	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Indefinida	5.849.187	5.952.102	-1,73	86,35
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	551.136	552.090	-0,17	8,14
Software com Vida Útil Indefinida	456.332	399.689	14,17	6,74
Software com Vida Útil Definida	139.921	132.471	5,62	2,07
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0	440	-100,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>6.996.576</b>	<b>7.036.790</b>	<b>-0,57</b>	<b>103,28</b>
Amortização Acumulada – Marcas, Direitos e Patentes Vida Útil Definida	-163.287	-129.765	25,83	-2,41
Amortização Acumulada – Software com Vida Útil Definida	-59.174	-51.115	15,77	-0,87
<b>Valor Contábil Líquido</b>	<b>6.774.116</b>	<b>6.855.911</b>	<b>-1,19</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

No Intangível, destaca-se o título “Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Indefinida”, que representa cerca de 86,35% do total do Grupo, ou seja, aproximadamente R\$ 5,85 bilhões, montante quase integralmente registrado no Comando da Marinha (99,99%), concernentes a marcas, patentes e transferência de tecnologia do PROSUB, referente à construção de novos submarinos convencionais e propulsão nuclear.

### 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações e benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, com vencimento no curto prazo.

A Tabela 24 apresenta o detalhamento do subgrupo “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar” por Órgão.

**Tabela 24 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar por Órgão**

	R\$ milhares			
Órgão	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	15.239	15.748	(3,23)	0,30
Comando da Marinha	1.391.993	1.381.572	0,75	27,45
Comando do Exército	2.435.393	2.389.640	1,91	48,02
Comando da Aeronáutica	1.228.650	1.192.367	3,04	24,23
<b>Total</b>	<b>5.071.274</b>	<b>4.979.326</b>	<b>1,85</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

O saldo mais significativo encontra-se no Comando do Exército (48,02%). A composição do item encontra-se detalhada na Tabela 25.

**Tabela 25 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar CP**

	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Pessoal a Pagar	5.050.847	4.962.742	1,78	99,60
Benefícios Previdenciários a Pagar	7.260	6.808	6,63	0,14
Benefícios Assistenciais a Pagar	5.413	6.092	-11,15	0,11
Encargos Sociais a Pagar – Intra OFSS	3.966	539	635,33	0,08
Encargos Sociais a Pagar	3.788	3.144	20,49	0,07
Encargos Sociais a Pagar – Inter OFSS- Estado	1	-	-	0,00
<b>Total</b>	<b>5.071.274</b>	<b>4.979.326</b>	<b>1,85</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

O item “Pessoal a Pagar” concentra quase a totalidade do saldo do grupo (99,60%) e teve variação de 1,78% no período. Registre-se que tais obrigações são referentes, na parte mais significativa, à apropriação da Folha de Pagamento do mês de dezembro de 2022 e foram pagas em janeiro de 2023.

## 10 – Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor.

Ao final do quarto trimestre de 2022, o subgrupo “Empréstimos e Financiamentos” totalizava R\$ 16,92 bilhões e está distribuído nos Órgãos conforme detalhado na Tabela 26.

**Tabela 26 – Empréstimos e Financiamentos Curto e Longo Prazo**

R\$ milhares

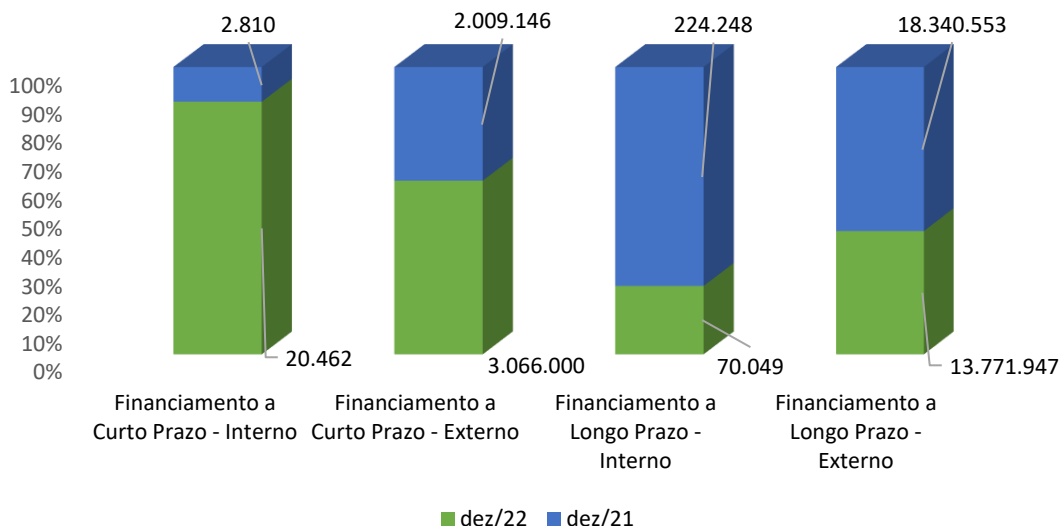
Órgão	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Comando da Marinha	4.162.057	6.129.549	-32,10	24,59
Comando da Aeronáutica	12.766.402	14.447.208	-11,63	75,41
<b>Total</b>	<b>16.928.459</b>	<b>20.576.757</b>	<b>-17,73</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

Quanto à exigibilidade, o montante de R\$ 13,84 bilhões, ou 81,77% do total, encontrava-se no longo prazo em 31/12/2022, conforme detalhado a seguir no Gráfico 4.

R\$ milhares

**Gráfico 4: Financiamentos a Curto e Longo Prazos**



Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

O item com os valores mais expressivos é o de “Financiamentos de Longo Prazo - Externo” que apresentava saldo de R\$ 13,77 bilhões, representado, principalmente, pelo financiamento do Projeto H-X-BR (aquisição de cinquenta helicópteros de médio porte e suporte logístico) e do Projeto F-X2 (aquisição de vinte e oito aeronaves de caça multiemprego monoposto e oito aeronaves de caça multiemprego biposto), no montante de R\$ 12,29 bilhões no Comando da Aeronáutica.

Quanto aos valores do Ministério da Marinha, observou-se que a variação negativa de 32,10%, quando comparados aos dados apurados em 2021, foram decorrentes, em grande medida, pelo registro de variações cambiais e amortizações de financiamentos externos, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB).

## 11 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do

fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar.

A Tabela 27 apresenta a rubrica “Fornecedores e Contas a Pagar” detalhada por Órgão.

**Tabela 27 - Fornecedores e Contas a Pagar por Órgão**

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	33.501	7.087	372,68	6,06
Comando da Marinha	307.254	267.770	14,75	55,56
Comando do Exército	192.246	417.274	-53,93	34,76
Comando da Aeronáutica	20.005	70.956	-71,81	3,62
<b>Total</b>	<b>553.006</b>	<b>763.088</b>	<b>-27,53</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

Em 31/12/2022, o Comando da Marinha apresentou um saldo de R\$ 307,25 milhões, representando 55,56% do total do Grupo.

Na Tabela 28, as obrigações com Fornecedores são segregadas entre Fornecedores Nacionais e Estrangeiros. O saldo de “Fornecedores e Contas a Pagar” encontra-se totalmente alocado no curto prazo, sendo que o item “Fornecedores Nacionais a Curto Prazo” concentra 55,66% do item e apresentou variação negativa de 44,46%, se comparado ao trimestre anterior.

**Tabela 28 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição**

	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	307.813	554.225	-44,46	55,66
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	245.193	208.863	17,39	44,34
<b>Total</b>	<b>553.006</b>	<b>763.088</b>	<b>-27,53</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

Na Tabela 29, apresenta-se o subgrupo “Fornecedores e Contas a Pagar” detalhado por fornecedores e órgãos contratantes.

**Tabela 29 - Fornecedores e Contas a Pagar - Fornecedor e Contratante**

FORNECEDOR	CONTRATANTE	R\$ milhares	
		Dez/2022	AV (%)
Ministry of Defence, Defence Equipment Sales Authority	Comando da Marinha	239.470	43,30
EMS S/A	Comando do Exército	23.446	4,24
Vibra Energia S.A	Comando do Exército	18.896	3,42
On-Highway Brasil LTDA.	Comando do Exército	17.674	3,20
CHM Construção e Manutenção EIRELI	Ministério da Defesa	15.676	2,83
Empresa Gerencial de Projetos Navais	Comando do Exército	14.736	2,66
Helicópteros do Brasil S/A	Comando do Exército	9.448	1,71
EMS S/A	Comando da Marinha	8.734	1,58
Vibra Energia S.A	Comando da Marinha	6.904	1,25
Agora Produção de Eventos	Ministério da Defesa	6.348	1,15
Indústria de Material Bélico do Brasil/FJF	Comando do Exército	5.296	0,96
EBN Comércio, Importação e Exportação EIRELI	Comando do Exército	4.427	0,80
Estaleiro Bibi EIRELI	Comando da Marinha	3.930	0,71
ATM Manutenção de Aeronaves e Turbinas LTDA.	Comando da Aeronáutica	3.492	0,63
Sideral Linhas Aéreas LTDA.	Ministério da Defesa	3.178	0,57
Vibra Energia S.A	Comando da Aeronáutica	3.028	0,55
Ideias Turismo EIRELI	Ministério da Defesa	2.576	0,47
SSC Riar	Comando da Marinha	2.270	0,41
Man Energy Solutions SE	Comando da Marinha	2.104	0,38
Demais	--	161.372	29,18
<b>Total</b>		<b>553.006</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

Os dados da tabela acima demonstram que o maior fornecedor, *Ministry of Defence, Defence Equipment Sales Authority*, representa 43,30% do total do subgrupo, e refere-se ao contrato firmado pelo Comando da Marinha, destinado à aquisição do Navio PHM Atlântico.

## 12 - Provisões

As provisões são passivos de prazo ou de valor incertos. Seu reconhecimento ocorre quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

Nas Demonstrações Contábeis, as provisões estão segregadas em curto e longo prazo, conforme pode ser observado sua composição em 31/12/2022 e em 31/12/2021.

**Tabela 30 – Provisões**

	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV(%)
Curto prazo	46.808.529	22.574	207.258,51	5,36
Longo prazo	827.127.322	335.220.429	146,74	94,64
<b>Total</b>	<b>873.935.851</b>	<b>335.243.003</b>	<b>160,69</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 19/1/2023.

Os detalhamentos das provisões do Ministério da Defesa podem ser demonstrados conforme Tabela a seguir:

**Tabela 31 - Provisões Detalhadas por Conta Contábil**

		R\$ milhares		
Subgrupo	Conta Contábil	Dez/2022	Dez/2021	AV (%)
<b>Curto Prazo</b>	Provisão de Benefícios com Militares Inativos	31.234.858	-	3,57
	Provisão de Pensões Militares	13.981.199	-	1,60
	Provisão de Pensões Especiais/Forças Armadas	1.109.781	-	0,13
	Provisão de Anistiados das Forças Armadas	450.037	-	0,05
	Outros	32.654	22.574	0,00
<b>Total Curto Prazo</b>		<b>46.808.529</b>	<b>22.574</b>	<b>5,36</b>
<b>Longo Prazo</b>	Provisão de Benefícios com Militares Inativos	494.662.656	-	56,60
	Provisão de Pensões Militares	319.701.820	335.219.018	36,58
	Provisão de Pensões Especiais/Forças Armadas	7.884.249	-	0,90
	Provisão de Anistiados das Forças Armadas	4.875.650	-	0,56
	Outros	2.947	1.412	0,00
<b>Total Longo Prazo</b>		<b>827.127.322</b>	<b>335.220.429</b>	<b>94,64</b>
<b>Total</b>		<b>873.935.851</b>	<b>335.243.003</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 20/1/2023.

### 12.1 - Provisões para Benefícios com Militares Inativos

As provisões para benefícios com militares inativos representam o resultado da avaliação atuarial das estimativas matemáticas dos desembolsos com benefícios futuros destinados aos militares em atividade, bem como daqueles que se encontram na inatividade, em consonância com a regulamentação do Sistema de Proteção Social dos Militares da Forças Armadas (SPSMFA).

**Tabela 32 - Provisões de Militares Inativos – Curto e Longo Prazo - Por Comando Militar**

		R\$ milhares		
Órgão		Dez/2022	Dez/2021	AH (%)
Comando da Marinha		158.889.943	-	30,21
Comando do Exército		245.435.326	-	46,67
Comando da Aeronáutica		121.572.245	-	23,12
<b>Total</b>		<b>525.897.514</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/10/2022.

#### 12.1.1 – Transposição de Saldos – Ministério da Economia

Os valores que compõem as Provisões com Militares em Inatividade, no curto e longo prazo, foram incorporados às Demonstrações Contábeis do Ministério da Defesa no terceiro trimestre do



presente exercício, oriundos de transposição de saldos da Unidade Gestora 170615 –Obrigações da União com Militares Inativos, do então Ministério da Economia, conforme tabelas a seguir.

**Tabela 33 - Provisões de Longo Prazo - Por Órgão**

			R\$ milhares
Órgão	Unidade Gestora	Documento	Valor
Comando da Marinha	773200 – Pagadoria de Pessoal da Marinha – PAPEM - PAIS	2022NS000004	124.125.505
Comando do Exército	160075 – D CONT – Setorial Financeira	2022NS000003	203.759.557
Comando da Aeronáutica	120052 – Subdiretoria de Pagamento de Pessoal/PAIS	2022NS000005	101.295.154
<b>Total</b>			<b>429.180.215</b>

Fonte: Siafi, em 17/10/2022.

**Tabela 34 - Provisões de Curto Prazo - Por Órgão**

			R\$ milhares
Órgão	Unidade Gestora	Documento	Valor
Comando da Marinha	773200 – Pagadoria de Pessoal da Marinha – PAPEM - PAIS	2022NS000004	7.879.932
Comando do Exército	160075 – D CONT – Setorial Financeira	2022NS000003	12.935.387
Comando da Aeronáutica	120052 – Subdiretoria de Pagamento de Pessoal/PAIS	2022NS000005	6.430.579
<b>Total</b>			<b>27.245.898</b>

Fonte: Siafi, em 17/10/2022.

A transposição em referência, promovida pela Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT), da Subsecretaria de Contabilidade da União (SUCON), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), decorre dos esforços adotadas no âmbito do Ministério da Defesa com vistas ao atendimento das recomendações emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU), ao longo dos últimos anos, em decorrência das ações de Auditoria Financeira levadas a efeito para avaliação do Balanço Geral da União (BGU), que analisaram, dentre outros aspectos, as estimativas contábeis referentes ao passivo atuarial do SPSMFA, que resultaram na edição de vários Acórdãos, dentre os quais se destaca o Acórdão nº 2451/2019-TCU-Plenário, que em seu item 9.4 apresenta a seguinte recomendação:

*"9.4. recomendar, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, à Casa Civil, em conjunto com o Ministério da Economia e o Ministério da Defesa, que defina plano de ação, com a indicação de ações, responsabilidades e cronograma, com vistas a aprimorar a governança do sistema de previdência no Brasil, de modo a avaliar de forma integrada todos os regimes, civis e militares, da União, de Estados e Municípios, do setor público e do setor privado, contributivos e não contributivos, bem como a elaboração de painel em sítio de internet com informações detalhadas de quantitativos e resultados previdenciários agregados dos subsistemas do RGPS, RPPS da União e do sistema de proteção social dos militares das Forças Armadas (inativos e pensões)."*(Nosso Grifo)

Cumprir registrar que os cálculos atuariais que suportaram os registros das provisões em referência foram promovidos pela Secretaria de Previdência (SPREV), do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), a partir dos seguintes argumentos técnicos descritos nas Notas Explicativas do BGU:

*"Diante da inexistência de normas em relação aos aspectos técnicos atuariais para avaliação atuarial dos compromissos do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armada (SPSMFA), valeu-se, a título de subsídio, dos dispositivos que tratam dos parâmetros técnicos mínimos definidos pela Portaria MF nº 464/2018, que servem para a avaliação atuarial dos servidores públicos titulares de cargo efetivo.*

*A Nota SEI nº 14/2021/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME fundamenta a escolha dos parâmetros, premissas e hipóteses utilizadas para a avaliação atuarial da SPREV/MTP, com base nos estudos desenvolvidos no âmbito do Ministério da Defesa. Em caso de inexistência de parâmetros, foram observadas as diretrizes da Portaria MF nº 464/2018. A avaliação atuarial*

também contemplou a segregação dos saldos das provisões em 31/12/2021 entre curto e longo prazo.

Assim, foram utilizadas, no cálculo atuarial, as seguintes hipóteses biométricas, financeiras e econômicas:

I. *Sobrevivência de válidos e inválidos: para militares do sexo masculino válidos, utilizou-se a Tábua RP 2000 MM suavizada em 18%; para militares do sexo feminino válidas, utilizou-se a Tábua AT 71 desagradada em 52%; para militares de ambos os sexos inválidos, utilizou-se a Tábua RGPS 9902 MM - 42%;*

II. *Entrada em invalidez: Tábua Rentiers Français -9%;*

III. *Reposição de militares: não foi utilizada a hipótese de reposição de militares, isto é, não se considerou a substituição de militar aposentado ou falecido por outro militar;*

IV. *Taxa de rotatividade de militares: calculada a partir de dados históricos da Marinha do Brasil no período de 2016 a 2020, através da expressão  $ROTi = \frac{\sum Desligi\ 2020}{n=2016} \div \frac{\sum Ativosi\ 2020}{n=2016}$ , onde n é o período observacional, variando de 2016 a 2020, ROTi é a probabilidade de rotatividade para cada idade i, Desligi é a quantidade de desligamentos para cada idade i, Ativosi é a quantidade total de ativos para cada idade i;*

V. *Taxa de juros: utilizou-se a taxa anual de juros de 4,76% para o desconto dos valores dos pagamentos de benefícios.*

VI. *Crescimento salarial: para todos os militares ativos, foi definida uma estrutura remuneratória para atualizar os valores dos salários de contribuição constantes no Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais (BIEG/2021), projetando-os até 2024, de forma a contemplar o crescimento salarial decorrente da Lei nº 13.954/2019;*

VII. *Crescimento dos benefícios: foram considerados os reajustes futuros concedidos pela Lei nº 13.954/2019;*

VIII. *Taxa de inflação futura: não utilizada nos cálculos dos valores presentes atuariais e, conseqüentemente, na elaboração do balanço atuarial, visto que um dos pressupostos do estudo atuarial é que todas as variáveis financeiras serão influenciadas pela inflação na mesma dimensão e período;*

IX. *Alíquotas de contribuição: não foram consideradas, uma vez que existe a peculiaridade de ser um sistema não contributivo, conforme previsto no art. 53-A da Lei nº 6.880/1980; e*

X. *Demais aspectos do cálculo da provisão, tais como os testes de sensibilidade das premissas, estão disponíveis no anexo IV do PLDO 2022.*

*Com relação às regras de elegibilidade aos benefícios de reserva ou reforma (por tempo de serviço ou incapacidade permanente), a data provável de aposentadoria do militar é calculada selecionando-se a mais próxima, considerando as regras constante da Lei nº 6.880/1980, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.954/2019. Importante ressaltar que, diferentemente do RPPS, a CF/1988 não determina o equilíbrio financeiro e atuarial ao SPSMFA.*

*Em relação ao dimensionamento das obrigações da reserva remunerada por incapacidade permanente, considerou-se, para os militares de carreira, o prazo a decorrer entre a data focal da avaliação atuarial e a data provável de entrada em reserva remunerada. Para os militares temporários, o período de exposição ao risco de incapacidade permanente corresponde ao prazo a decorrer entre a data focal da avaliação atuarial e a data de seu desligamento, nos termos da Lei nº 4.375/1964. Cabe ressaltar que o militar temporário fará jus à reforma em*

*decorrência de incapacidade permanente, se o evento gerador ocorrer no período de cobertura máximo de 96 meses disciplinado pela referida Lei.*

*Em 31 de dezembro de 2021, no caso de todos os militares, foi reconhecida como obrigação da União 100% do Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF), independentemente do tempo que resta para a aquisição do direito ao benefício de inatividade, ou seja, o passivo relativo aos militares inativos foi contabilizado com base não só no serviço prestado nos períodos corrente (2021) e anteriores, mas também no serviço que se espera seja prestado futuramente. No entanto, a NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados, nos itens 69 a 75, requer que seja reconhecido como passivo somente o valor dos benefícios atribuível aos serviços já prestados.*

*Dessa forma, no primeiro trimestre de 2022, houve recálculo das provisões matemáticas do SPSMFA, considerando o método do crédito unitário projetado, pela data de ingresso no ente federativo, disposto no art. 4º da IN nº 4/2018, o que resultou no reconhecimento do montante de R\$ 100,6 bilhões em março de 2022, reduzindo a provisão de Benefícios Futuros a Conceder no mesmo valor. Assim, o montante de Benefícios Futuros a Conceder passou a evidenciar, em 2022, somente o valor dos benefícios de direito adquirido. Além disso, também no 1º trimestre de 2022, foram corrigidas algumas imprecisões na implementação das premissas de crescimento dos benefícios e dos salários dos militares das Forças Armadas, o que resultou em um aumento dos Benefícios Futuros a Conceder do SPSMFA no valor de R\$ 220 milhões.*

*Em conjunto, as duas alterações mencionadas acima resultaram em uma redução de R\$ 100,4 bilhões na Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder do SPSMFA.*

*Outro ajuste contábil no primeiro trimestre de 2022 se refere ao tratamento inadequado de parcelas no cálculo atuarial do SPSMFA em 31/12/2021, pois foi desconsiderado o auxílio invalidez. Dessa forma, foi calculado o valor atual das obrigações referentes ao benefício para os militares que já o recebem, o qual foi estimado em R\$ 1,8 bilhão.*

*Portanto, em 2022, considerando os ajustes detalhados, as provisões matemáticas do SPSMFA passaram de R\$ 555,0 bilhões, em 31/12/2021, para R\$ 456,4 bilhões, em 30/06/2022. Assim, os ajustes efetuados, de forma líquida, impactaram positivamente o patrimônio líquido da União, como ajustes de exercícios anteriores, no montante de R\$ 98,6 bilhões. ”*

### **12.1.2 – Atualização Matemática Atuarial das Provisões dos Militares Inativos**

Em relação ao quarto trimestre, os cálculos atuariais destinados à composição das provisões com Militares Inativos dos Comando Militares foram atualizados no âmbito do Ministério da Defesa, sob a responsabilidade da Secretaria de Pessoal da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais (SEPESD), da Secretaria-Geral (SG/MD), com a colaboração técnica da Diretoria de Finanças da Marinha (DFM), da Marinha do Brasil.

Cumprir registrar que, as provisões de curto e longo prazo dos proventos de militares inativos são evidenciadas em atendimento à NBC TSP 15 e às recomendações do TCU. O total estimado das referidas provisões, em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 525.897.513.995,26. O referido valor representa o montante necessário para hipótese de liquidação, na data retromencionada, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações da União, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 101 anos, atinentes aos direitos pecuniários proporcionais de inatividade já adquiridos pelos atuais militares ativos, em razão de seus serviços prestados, bem como todos os direitos pecuniários de todos os atuais militares inativos, durante todo o possível período de vida dos atuais ativos e inativos.

Os proventos de militares inativos têm natureza compensatória e fazem parte do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA). Seu plano de benefício é regrado pela Lei nº 6.880/1980, Medida Provisória nº 2.215-10/2001 e Lei nº 13.954/2019.

Sua regra de elegibilidade, em síntese, é materializada por duas possibilidades: (i) o atingimento do tempo de serviço militar mínimo de 35 anos para transferência para a inatividade; e (ii) a reforma, por razões de saúde. Ressalta-se que um maior detalhamento das referidas possibilidades se encontra no subitem 12.1.3.11 do presente documento.

Os proventos de militares inativos são financiados inteiramente pelo Tesouro Nacional, sendo uma despesa Fiscal da União, sem contribuição do militar, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização. Assim, conforme o art. 53-A da Lei nº 6.880/1980, cabe ao Tesouro Nacional arcar com todos os encargos financeiros atinentes aos proventos desses militares, do mesmo modo daqueles afetos à remuneração dos militares ativos.

As evidências dos passivos de militares inativos estão descritas a partir da tabela 35, em consonância com a recomendação 9.3.1 do Acórdão nº 1.464/2022/TCU, foram construídas, naquilo que cabe, à luz da NBC TSP 15.

Adicionalmente, ressalta-se que, no ano anterior, coube à Secretaria de Previdência do Ministério da Economia o cálculo do passivo atuarial de militares inativos. No entanto, para o ano corrente, em razão do Acórdão nº 684/2022/TCU-Plenário, tal responsabilidade foi imputada ao MD, que, por sua vez, já dispunha de apoio técnico da DFM/CASNAV para cálculo atuarial das pensões militares. Assim, foi a primeira vez que a DFM/CASNAV calculou o passivo atuarial de militares inativos. Dessa forma, não foi possível a elaboração de demonstrativo contábil que comparasse os anos de 2021 e 2022, sendo utilizado, como saldo de abertura do ano de 2022, o valor do passivo registrado por aquela Secretaria com data focal em 31 de dezembro de 2021.

Ante o exposto, as Tabelas a seguir evidenciam o passivo atuarial dos proventos de militares inativos concedidos e a conceder, sem reposição de militares (massa fechada), e descrevem para o conjunto das Forças Armadas e cada Comando Singular, as causas da variação do passivo atuarial no ano de 2022:

**Tabela 35 – Militares Inativos – Forças Armadas**

R\$ 1,00

	<b>2022</b>
<b>Saldo de Abertura</b>	<b>456.426.113.563,43</b>
Receitas ou Despesas de Juros	21.725.883.005,62
Custo do Serviço Corrente	5.618.213.312,19
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas e metodologia	66.712.797.791,14
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	4.272.526.087,10
Pagamentos realizados no exercício 2022	-28.858.019.764,22
<b>Saldo de fechamento</b>	<b>525.897.513.995,26</b>

Fonte: Anexo A do Ofício nº 7/DFM-MB, de 17/01/2023.

A partir da Tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de militares inativos das Forças Armadas registrou variação positiva de 15,22% em relação à posição referente ao ano de 2021.

No entanto, ressalta-se que a causa que prevaleceu para a referida diferença decorreu de mudanças nas premissas demográficas e da mudança de metodologia de cálculo utilizado pela DFM/CASNAV em relação às utilizadas pela Secretaria de Previdência na elaboração da estimativa do ano de 2021.

Dessa forma, a referida variação de valor não pode ser atribuída a uma tendência de crescimento desse passivo, uma vez que as alterações metodológicas foram significativas, inviabilizando o comparativo com o valor estimado no exercício anterior.

Ademais, vale ressaltar a inadequação de comparação do valor do referido passivo com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes aos proventos de militares de um horizonte temporal de 101 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário, estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

**Tabela 36 – Militares Inativos – Marinha do Brasil (MB)**

R\$ 1,00

	<b>2022</b>
<b>Saldo de Abertura</b>	<b>132.005.436.797,50</b>
Receitas ou Despesas de Juros	6.283.458.791,56
Custo do Serviço Corrente	1.880.242.102,61
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas e metodologia	25.413.344.609,07
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.461.389.628,95
Pagamentos realizados no exercício 2022	-8.153.929.318,03
<b>Saldo de fechamento</b>	<b>158.889.942.611,66</b>

Fonte: Anexo A do Ofício nº 7/DFM-MB, de 17/01/2023.

A partir da Tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de militares inativos da MB registrou variação positiva de 20,37% em relação à posição referente ao ano de 2021.

No entanto, ressalta-se que a causa que prevaleceu para a referida diferença decorreu de mudanças nas premissas demográficas e da mudança de metodologia de cálculo utilizado pela DFM/CASNAV em relação àquelas utilizadas pela Secretaria de Previdência na elaboração da estimativa do ano de 2021.

Dessa forma, a referida variação de valor não pode ser atribuída a uma tendência de crescimento desse passivo, uma vez que as alterações metodológicas foram significativas, inviabilizando o comparativo com o valor estimado no exercício anterior.

Ademais, vale ressaltar a inadequação de comparação do valor do referido passivo com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes aos proventos de militares de um horizonte temporal de 101 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário, estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

**Tabela 37 – Militares Inativos – Exército Brasileiro (EB)**

R\$ 1,00

	<b>2022</b>
<b>Saldo de Abertura</b>	<b>216.694.943.654,83</b>
Receitas ou Despesas de Juros	10.314.679.317,97
Custo do Serviço Corrente	2.660.016.635,27
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas e metodologia	27.367.702.765,06
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.789.803.706,84
Pagamentos realizados no exercício 2022	-13.391.819.810,70
<b>Saldo de fechamento</b>	<b>245.435.326.269,27</b>

Fonte: Anexo A do Ofício nº 7/DFM-MB, de 17/01/2023.

A partir da Tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de militares inativos do EB registrou variação positiva de 13,26% em relação à posição referente ao ano de 2021.

No entanto, ressalta-se que a causa que prevaleceu para a referida diferença decorreu de mudanças nas premissas demográficas e da mudança de metodologia de cálculo utilizado pela DFM/CASNAV em relação àquelas utilizadas pela Secretaria de Previdência na elaboração da estimativa do ano de 2021.

Dessa forma, a referida variação de valor não pode ser atribuída a uma tendência de crescimento desse passivo, uma vez que as alterações metodológicas foram significativas, inviabilizando o comparativo com o valor estimado no exercício anterior.

Ademais, vale ressaltar a inadequação de comparação do valor do referido passivo com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes aos proventos de militares de um horizonte temporal de 101 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário, estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

**Tabela 38 – Militares Inativos – Força Aérea Brasileira (FAB)**

R\$ 1,00

	<b>2022</b>
<b>Saldo de Abertura</b>	<b>107.725.733.111,10</b>
Receitas ou Despesas de Juros	5.127.744.896,09
Custo do Serviço Corrente	1.077.954.574,31
Custo do Serviço Passado	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas e metodologia	13.931.750.417,01
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.021.332.751,31
Pagamentos realizados no exercício 2022	-7.312.270.635,49
<b>Saldo de fechamento</b>	<b>121.572.245.114,33</b>

Fonte: Anexo A do Ofício nº 7/DFM-MB, de 17/01/2023.

A partir da Tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de militares inativos da FAB registrou variação positiva de 12,85% em relação à posição referente ao ano de 2021.

No entanto, ressalta-se que a causa que prevaleceu para a referida diferença decorreu de mudanças nas premissas demográficas e da mudança de metodologia de cálculo utilizado pela DFM/CASNAV em relação àquelas utilizadas pela Secretaria de Previdência na elaboração da estimativa do ano de 2021.

Dessa forma, a referida variação de valor não pode ser atribuída a uma tendência de crescimento desse passivo, uma vez que as alterações metodológicas foram significativas, inviabilizando o comparativo com o valor estimado no exercício anterior.

Ademais, vale ressaltar a inadequação de comparação do valor do referido passivo com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes aos proventos de militares de um horizonte temporal de 101 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário, estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

### **12.1.3 – Premissas Atuariais e Financeiras**

#### **12.1.3.1 – Tábuas Biométricas**

Os testes estatísticos para seleção das tábuas biométricas consideraram dados da população militar de ativos, inativos e pensionistas de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2021. O teste para seleção das tábuas biométricas foi o Kolmogorov-Smirnov<sup>1</sup> e dentre as tábuas selecionadas, foram escolhidas para o cálculo as que geraram o menor Erro Quadrático Médio. Ressalta-se que na

<sup>1</sup> O teste estatístico Kolmogorov-Smirnov (KS) é utilizado para verificar se duas distribuições de probabilidade diferem significativamente uma da outra ou se uma distribuição de probabilidade difere significativamente de uma distribuição em hipótese, fundamentando-se a análise em amostras finitas.

hipótese de rejeição dos resultados dos testes estatísticos aplicados aos dados recebidos em 2022, foram repetidas as tábuas utilizadas no cálculo do passivo atuarial das pensões de militares do ano de 2021. Tal fato ocorreu com as tábuas de mortalidade de inválidos e entrada em invalidez.

A Tabela a seguir descreve as tábuas utilizadas em 2021 e 2022:

**Tabela 39 – Tábua Biométrica – 2021 e 2022**

Tábua	2021	2022
Tábuas de mortalidade de ativos, inativos e pensionistas do sexo masculino	RP 2000 Male -18%	AT 49 Male -47%
Tábuas de mortalidade de ativos, inativos e pensionistas do sexo feminino	AT 71 -52%	AT 71 -42%
Tábuas de mortalidade de inválidos do sexo masculino	<i>Rentiers Francais</i> -9%	<i>Rentiers Francais</i> -9%
Tábuas de mortalidade de inválidos do sexo feminino	<i>Rentiers Francais</i> -9%	<i>Rentiers Francais</i> -9%
Tábua de entrada em invalidez (ambos os sexos)	RGPS 9902 MM -42%	RGPS 9902 MM -42%

Fonte: Anexo A do Ofício nº 7/DFM-MB, de 17/01/2023.

### 12.1.3.2 – Composição Familiar

Considerando que: (i) o estudo técnico sobre composição familiar de militares das Forças Armadas para a avaliação que calculou o passivo atuarial das pensões de militares do exercício anterior contou com dados das três Forças Armadas; (ii) em um ano não ocorrem alterações da característica de uma população; e (iii) as práticas atuariais indicam a possibilidade de realização do estudo de composição familiar a cada três anos (p. ex: inciso I, do art. 35, da Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020); foi considerada a mesma tábua de composição familiar utilizada na avaliação atuarial das pensões de militares do exercício anterior, conforme a seguir:

- a) benefícios de Pensão a Conceder: foi construída a Tábua de Composição Familiar dos militares ativos e inativos vivos. Assim, foi estimada, para cada idade do militar, a probabilidade de deixar pensão por morte, vitalícia ou temporária; e
- b) benefícios de Pensões Concedidas: dentre os beneficiários da pensão do instituidor, foi escolhido aquele que gera pensão com maior duração de tempo.

### 12.1.3.3 – Taxa de Rotatividade

Foi considerada a probabilidade de desligamento para cada idade dos militares da ativa, conforme Tabela de Rotatividade construída pela DFM/CASNAV, a partir de dados dos militares das Forças Armadas.

#### **12.1.3.4 – Taxa de Juros**

Considerando o valor de 17,60 (pontos, em anos) para a duração do passivo dos proventos de militares inativos, foi utilizada a taxa de juros de 4,72%, conforme Portaria nº 1.467 de 02 de junho de 2022, alterada pela Portaria nº 1.837, de 30 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo. Dessa forma, em relação a 2021, a taxa de juros foi alterada de 4,76% a.a. para 4,72% a.a.

#### **12.1.3.5 – Taxa de Inflação**

Não foram considerados os efeitos de inflação, haja vista que todas as variáveis financeiras seriam influenciadas por essa variável na mesma magnitude e período.

#### **12.1.3.6 – Crescimento da remuneração e proventos**

- a) remuneração de militares ativos: para o crescimento da remuneração de militares ativos foi considerada a Lei nº 13.954/2019, cujos efeitos financeiros se estendem até o ano de 2024. Adicionalmente aos efeitos da referida Lei, em vez de ser utilizada uma taxa única de crescimento salarial por progressão funcional, foi considerada a evolução salarial individual decorrente das promoções previstas na carreira de cada militar ativo de cada Força, inclusive as de Oficial-General; e
- b) proventos de militares inativos: para o crescimento da remuneração de militares inativos foram considerados os efeitos da Lei nº 13.954/2019, os quais elevam os proventos individuais anuais até o ano de 2024.

#### **12.1.3.7 – Valor do benefício**

Foi considerado o valor da última remuneração básica bruta do período ativo.

#### **12.1.3.8 – Reposição de militares**

Não houve reposição de militares para os resultados apresentados, em razão de ter sido considerada a população militar de massa fechada, em consonância com a NBC TSP 15.

#### **12.1.3.9 – Alíquotas e Base de Contribuição**

Não há contribuição para os proventos de militares inativos, conforme descrito no subitem 12.1.2 deste documento.

#### **12.1.3.10 – Idade de entrada nas Forças Armadas**

Foi considerada a idade resultante da diferença entre a data de ingresso na Força e a data de nascimento do militar constantes no banco de dados.

#### **12.1.3.11 – Regra de transferência para a inatividade remunerada**

- a) Inatividade Programável:
  - l) Regra Geral - militares que não ascenderão ao Generalato: 35 anos de serviço militar; e



II) Exceção à regra geral - militares que ascenderão ao Generalato: o seguinte tempo de serviço militar foi considerado para inativação: (i) Oficiais-Generais de duas estrelas: em média 40 anos de serviço, sendo a promoção a duas estrelas aos 36 anos de serviço; (ii) Oficiais-Generais de três estrelas: em média 44 anos de serviço, sendo a promoção a três estrelas aos 40 anos de serviço; (iii) Oficiais-Generais de quatro estrelas: em média 48 anos de serviço, sendo a promoção a quatro estrelas aos 44 anos de serviço. Ressalta-se que para promoção aos postos de Oficiais-Generais foram consideradas apenas as carreiras que permitem tal situação.

b) Inativação por invalidez: conforme probabilidades da tábua biométrica de entrada em invalidez.

#### 12.1.3.12 – Compensação Financeira entre as Contribuições para a Pensão Militar e os Regimes Previdenciários

Não foi considerada em razão da falta de regulamentação do § 9º-A do art. 201 da Constituição Federal de 1988.

#### 12.1.3.13 – Horizonte Temporal Avaliado

O horizonte temporal do atual cálculo abrange todo o período de vida dos atuais recebedores e dos possíveis futuros recebedores de pensões de militares, que no caso pode ser um dependente que ainda não é recebedor, uma vez que os cálculos projetam as probabilidades de constituição de futuros recebedores em função da idade do militar.

### 12.2 – Provisões de Pensões Militares

A pensão militar tem natureza compensatória e faz parte do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas. Sua regra de elegibilidade é materializada pelo evento de morte do militar, combinada com a existência de beneficiário do militar habilitado ao recebimento do referido direito.

**Tabela 40 – Provisões de Pensões de Militares**

Órgão	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Comando da Marinha	89.389.180	87.025.899	2,72	26,79
Comando do Exército	171.652.018	174.872.845	-1,84	51,44
Comando da Aeronáutica	72.641.821	73.320.275	-0,93	21,77
<b>Total</b>	<b>333.683.019</b>	<b>335.219.018</b>	<b>-0,46</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/10/2022.

As provisões de curto e longo prazo das pensões de militares é uma provisão contábil evidenciada em atendimento à NBC TSP 15 e a recomendações do TCU. O total estimado das referidas provisões, em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 333.683.018.624,86. O referido valor representa o montante necessário para hipótese de liquidação, em uma só parcela, na data retromencionada, de todas as futuras obrigações da União, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 119 anos, atinentes aos direitos de pensão já adquiridos pelos atuais militares ativos (direito proporcional) e veteranos (direito integral), em razão de seus serviços prestados, bem como todos os direitos pecuniários de todos os atuais pensionistas, durante todo o possível período de vida dos atuais pensionistas e futuros beneficiários de pensão.

A pensão militar tem natureza compensatória. Seu plano de benefício é regrado pela Lei nº 3.765/1960, Lei nº 6.880/1980, Medida Provisória nº 2.215-10/2001 e Lei nº 13.954/2019.

O financiamento da pensão militar dá-se por meio de sistema de fluxo de caixa mensal, em que existe somente a contribuição do participante, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização. No entanto, conforme o § 2º-A do art. 71 da Lei nº 6.880/1980, cabe ao Tesouro Nacional, arcar com a parcela de despesas que excede a capacidade de financiamento das contribuições dos militares e de seus pensionistas.

As Tabelas que evidenciam o passivo das pensões de militares, a seguir descritas, em consonância com a recomendação 9.3.1 do Acórdão nº 1.464/2022/TCU, foram construídas, naquilo que cabe, à luz da NBC TSP 15.

Considerando o anteriormente descrito, as Tabelas a seguir evidenciam o passivo atuarial das pensões de militares concedidas e a conceder, sem reposição de militares (massa fechada), e descrevem para o conjunto das Forças Armadas e cada Comando Singular, as causas da variação do passivo atuarial no ano de 2022:

**Tabela 41 – Pensões de Militares – Forças Armadas**

R\$ 1,00

	2022	2021
<b>Saldo de Abertura</b>	<b>335.883.762.935,76</b>	<b>298.051.644.956,65</b>
Receitas ou Despesas de Juros	16.391.127.631,27	16.303.424.979,13
Custo do Serviço Corrente	1.986.862.596,70	1.749.738.526,14
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-4.967.653.102,99	4.276.291.010,41
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	8.550.232.702,68	38.572.297.248,83
Pagamentos realizados no exercício 2022	-24.161.314.138,56	-23.069.633.785,40
<b>Saldo de fechamento</b>	<b>333.683.018.624,86</b>	<b>335.883.762.935,76</b>

Fonte: Anexo A do Ofício nº 7/DFM-MB, de 17/01/2023.

A partir da Tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de pensões de militares das Forças Armadas reduziu 0,66% em relação à posição referente ao ano de 2021.

Vale ressaltar a inadequação de comparação do valor do referido passivo com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes às pensões de militares de um horizonte temporal de 119 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário, estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

**Tabela 42 – Pensões de Militares – Marinha do Brasil (MB)**

R\$ 1,00

	2022	2021
<b>Saldo de Abertura</b>	<b>87.250.970.448,12</b>	<b>87.043.157.248,03</b>
Receitas ou Despesas de Juros	4.257.847.357,87	4.761.260.701,47
Custo do Serviço Corrente	662.097.994,90	589.845.962,20
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	597.619.767,40	-10.330.755.292,33
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	2.351.675.149,22	10.569.127.302,04
Pagamentos realizados no exercício 2022	-5.731.030.897,14	-5.381.665.473,29
<b>Saldo de fechamento</b>	<b>89.389.179.820,37</b>	<b>87.250.970.448,12</b>

Fonte: Anexo A do Ofício nº 7/DFM-MB, de 17/01/2023.

A partir da Tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de pensões de militares da MB aumentou 2,45% em relação à posição referente ao ano de 2021.

Vale ressaltar a inadequação de comparação do valor do referido passivo com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes às pensões de militares de um horizonte temporal de 119 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário, estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

**Tabela 43 – Pensões de Militares – Exército Brasileiro (EB)**

R\$ 1,00

	2022	2021
<b>Saldo de Abertura</b>	<b>175.173.768.186,04</b>	<b>146.682.669.370,33</b>
Receitas ou Despesas de Juros	8.548.479.887,48	8.023.542.014,56
Custo do Serviço Corrente	912.470.409,34	850.660.725,11
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-3.394.621.064,56	14.011.515.613,01
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	4.207.064.914,42	18.908.673.392,20
Pagamentos realizados no exercício 2022	-13.795.144.436,59	-13.303.292.929,17
<b>Saldo de fechamento</b>	<b>171.652.017.896,13</b>	<b>175.173.768.186,04</b>

Fonte: Anexo A do Ofício nº 7/DFM-MB, de 17/01/2023.

A partir da Tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de pensões de militares do EB reduziu 2,01% em relação à posição referente ao ano de 2021.

Vale ressaltar a inadequação de comparação do valor do referido passivo com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes às pensões de militares de um horizonte temporal de 119 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário, estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

**Tabela 44 – Pensões de Militares – Força Aérea Brasileira (FAB)**

R\$ 1,00

	2022	2021
<b>Saldo de Abertura</b>	<b>73.459.024.301,60</b>	<b>64.325.818.338,29</b>
Receitas ou Despesas de Juros	3.584.800.385,92	3.518.622.263,10
Custo do Serviço Corrente	412.294.192,46	309.231.838,83
Custo do Serviço Passado	-	-
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-2.170.651.805,83	595.530.689,73
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.991.492.639,04	9.094.496.554,59
Pagamentos realizados no exercício 2022	-4.635.138.804,83	-4.384.675.382,94
<b>Saldo de fechamento</b>	<b>72.641.820.908,36</b>	<b>73.459.024.301,60</b>

Fonte: Anexo A do Ofício nº 7/DFM-MB, de 17/01/2023.

A partir da Tabela acima descrita, verifica-se que o passivo de pensões de militares da FAB reduziu 1,11% em relação à posição referente ao ano de 2021.

Vale ressaltar a inadequação de comparação do valor do referido passivo com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes às pensões de militares de um horizonte temporal de 119 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário, estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

### 12.2.1 – Premissas Atuariais e Financeiras

Idem ao subitem 12.1.3, com exceção dos seguintes pontos:

#### 12.2.1.1 – Taxa de Juros

Considerando o valor de 17,67 para a duração do passivo das pensões de militares (em 2021 o valor foi de 17,62), foi obtida a mesma taxa de juros (4,72% a.a.) utilizada no cálculo do passivo dos proventos de militares veteranos, conforme Portaria nº 1.467 de 02 de junho de 2022, alterada pela Portaria nº 1.837, de 30 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo. Dessa forma, em relação a 2021, a taxa de juros foi alterada de 4,88% a.a. para 4,72% a.a.

#### **12.2.1.2 – Alíquotas e Base de Contribuição**

As alíquotas de contribuição de ativos, veteranos e de pensionistas utilizadas foram as constantes no art. 3º-A da Lei nº 3.765/1960, com alterações promovidas pela Lei nº 13.954/2019.

#### **12.3 – Pensões Especiais de Militares e Anistiados Militares**

As provisões de curto e longo prazo das pensões especiais de militares e reparações de anistiados políticos militares são evidenciadas em atendimento à NBC TSP 15 e a recomendações do TCU. O total estimado das referidas provisões, em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 8.994.029.584,45 para pensões especiais e R\$ 5.325.687.415,41 para anistiados. Os referidos valores representam o montante necessário para hipótese de liquidação, na data retromencionada, em uma só parcela, de todas as futuras obrigações da União, a serem pagas em um horizonte temporal de cerca de 110 anos, atinentes aos direitos pecuniários de todos os atuais beneficiários, enquanto permanecerem vivos, bem como durante o período de vida de seus dependentes elegíveis, no caso da possibilidade de o benefício ser revertido para o dependente no caso de morte do atual recebedor.

As pensões especiais de militares e as reparações a anistiados são benefícios vinculados às Forças Armadas que não fazem parte do SPSMFA.

As pensões especiais são originadas por políticas de Estado que têm por objetivo compensar cidadãos que prestaram eventuais e relevantes serviços à defesa dos interesses nacionais. Por sua vez, as reparações a anistiados são indenizações que buscam compensar cidadãos que sofreram prejuízos causados por ações e políticas de Estado.

A regra de elegibilidade, plano de benefício e valor de tais pensões e reparações dependem da aprovação de Lei específica para atender as situações concretas que se encaixem em tais pressupostos. Ou seja, as situações concretas são os fatos que elegem a indenização permanente aprovada em um dos seguintes diplomas legais: Decreto-Lei nº 8.794, de 23 de janeiro de 1946; Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946; Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955; art. 26 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; art. 30 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963; Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967; Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978; Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1985; Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990; Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; e Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

As despesas atinentes às pensões especiais e às reparações com anistiados políticos militares são financiadas pelo Tesouro Nacional e por contribuições dos beneficiários de tais indenizações, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização.

O custo corrente e o custo passado das pensões especiais e de anistiados políticos militares não foram estimados em razão dos seguintes fatos: (i) o cálculo do custo corrente aplica-se somente a indivíduos na fase ativa de trabalho; e (ii) o cálculo do custo passado não se aplica por não ter ocorrido alteração do plano em relação ao ano anterior.

Adicionalmente, ressalta-se que, em razão do Acórdão nº 1.464/2022/TCU-Plenário, foi a primeira vez que foi calculado o passivo atuarial de pensões especiais de militares e reparações de anistiados políticos militares. Dessa forma, não foi possível a elaboração de demonstrativo contábil que comparasse os anos de 2021 e 2022 e que evidenciasse a decomposição das causas dos valores obtidos.

Considerando os argumentos anteriormente apresentados, a Tabela a seguir evidencia somente os benefícios concedidos, haja vista que novas concessões de tais benefícios dependem da aprovação de nova Lei:

**Tabela 45 – Pensões Especiais de Militares**

R\$ 1,00

	<b>2022</b>
Saldo de Fechamento MB	17.150.376,76
Saldo de Fechamento EB	8.637.136.837,89
Saldo de Fechamento FAB	339.742.369,80
<b>Total</b>	<b>8.994.029.584,45</b>

Fonte: Anexo A do Ofício nº 7/DFM-MB, de 17/01/2023.

**Tabela 46 – Reparações de Anistiados Políticos Militares**

R\$ 1,00

	<b>2022</b>
Saldo de Fechamento MB	1.973.422.048,81
Saldo de Fechamento EB	148.865.742,02
Saldo de Fechamento FAB	3.203.399.624,58
<b>Total</b>	<b>5.325.687.415,41</b>

Fonte: Anexo A do Ofício nº 7/DFM-MB, de 17/01/2023.

Vale ressaltar a inadequação de comparação dos valores dos referidos passivos com o PIB anual brasileiro, uma vez que o valor representa o montante necessário para liquidar, em uma única parcela, as obrigações atinentes às pensões especiais de militares e anistiados políticos militares em um horizonte temporal de 110 anos. Ou seja, para comparar o valor contábil acima evidenciado com o PIB, seria necessário, estimar, a valor presente, o PIB do mesmo período.

### **12.3.1 – Premissas Atuariais e Financeiras**

#### **12.3.1.1 – Tábuas Biométricas**

Idem ao subitem 12.1.3.1.

#### **12.3.1.2 – Composição Familiar**

Idem ao subitem 12.1.3.2.

#### **12.3.1.3 – Taxa de Rotatividade**

Não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos, conforme demonstrado no item 12.3.

#### **12.3.1.4 – Taxa de Juros**

Considerando o valor de 8,97 para a duração do passivo de pensões especiais e reparações de anistiados políticos militares, foi utilizada a taxa de juros de 4,36%, conforme Portaria nº 1.467 de 02 de junho de 2022, alterada pela Portaria nº 1.837, de 30 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, a qual internaliza o item 88 da NBC TSP 15 ao considerar as Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para determinação das taxas de juros a serem utilizadas para cada intervalo de duração de passivo.

#### **12.3.1.5 – Taxa de Inflação**

Idem ao subitem 12.1.3.5.

#### **12.3.1.6 – Crescimento da Remuneração e Proventos**

Não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos, conforme descrito no item 12.3, bem como pelo fato de a Lei nº 13.954/2019 não afetar as referidas indenizações.

#### **12.3.1.7 – Valor do Benefício**

Foi considerado o valor individual do benefício concedido informado por cada Comando Militar.

#### **12.3.1.8 – Reposição de Militares**

Não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos, conforme descrito no item 12.3.

#### **12.3.1.9 – Alíquotas e Base de Contribuição**

Foi considerada a contribuição de 10,5% sobre o valor recebido por cada beneficiário, conforme art. 24 da Lei nº 13.954/2019.

#### **12.3.1.10 – Idade de Entrada nas Forças Armadas**

Não se aplica em razão do cálculo considerar apenas benefícios concedidos, conforme descrito no item 12.3, bem como em razão de as pensões especiais e reparações a anistiados políticos militares dependerem de transferência para a inatividade militar remunerada.

#### **12.3.1.11 – Regra de Transferência para a Inatividade Remunerada**

Não se aplica em razão de as pensões especiais e reparações a anistiados políticos militares dependerem de transferência para a inatividade remunerada.

#### **12.3.1.12 – Compensação Financeira entre as Contribuições para a Pensão Militar e os Regimes Previdenciários**

Não se aplica em razão de tais benefícios dependerem da aquisição de direitos em outros regimes.

#### **12.3.1.13 – Horizonte Temporal avaliado**

Idem ao subitem 12.1.3.13.

### **12.4 – Testes de Sensibilidade**

Os testes de sensibilidade requeridos pelo item 147 da NBC TSP 15 serão disponibilizados na Avaliação Atuarial das Forças Armadas anexa ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2024 que será enviado, pelo Poder Executivo, ao Congresso Nacional até o fim do mês de março do corrente ano.

### **13 – Demais Obrigações a Curto Prazo**

Abrange as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

A Tabela 47 apresenta o detalhamento do subgrupo “Demais Obrigações a Curto Prazo” por Órgão.

**Tabela 47 – Demais Obrigações a Curto Prazo por Órgão** R\$ milhares

Órgão	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	228.674	192.791	18,61	3,64
Comando da Marinha	575.874	643.343	-10,49	9,16
Comando do Exército	4.633.419	4.806.428	-3,60	73,71
Comando da Aeronáutica	847.749	1.081.987	-21,65	13,49
<b>Total</b>	<b>6.285.716</b>	<b>6.724.550</b>	<b>-6,53</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

O saldo total do subgrupo apresentou variação negativa de 6,53% em relação ao período anterior. A Tabela 48 detalha as “Demais Obrigações a Curto Prazo” por grupos.

**Tabela 48 - Demais Obrigações a Curto Prazo - por Grupos** R\$ milhares

	Dez/2022	Dez/2021
Outras Obrigações a Curto Prazo	5.331.108	5.610.588
Valores Restituíveis	954.565	1.113.794
Adiantamento de Clientes	43	168
<b>Total</b>	<b>6.285.716</b>	<b>6.724.550</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

O título “Outras Obrigações a Curto Prazo” apresentava o saldo mais relevante (5,33 bilhões) em 31/12/2022. Desse montante, 99,62% estava registrado em “Outras Obrigações a Curto Prazo – Intra OFSS”. O item “Transferências Financeiras a Comprovar (TED)”, que representa os valores decorrentes de transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), pendentes de comprovação, apresenta o maior saldo no item “Outras Obrigações a Curto Prazo Intra - OFSS”, no valor de R\$ 5,30 bilhões. A Tabela 49 apresenta a sua segregação por Órgão.

**Tabela 49 - Transferências Financeiras a Comprovar - por Órgão** R\$ milhares

Órgão	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	224.629	161.753	38,87	4,23
Comando da Marinha	315.388	396.987	-20,55	5,94
Comando do Exército	4.249.318	4.340.487	-2,10	80,01
Comando da Aeronáutica	521.375	653.485	-20,22	9,82
<b>Total</b>	<b>5.310.710</b>	<b>5.552.712</b>	<b>-4,36</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

#### 14 - Obrigações Contratuais a Executar

A Tabela 50 apresenta o detalhamento por órgão das “Obrigações Contratuais a Executar” em 31/12/2022, relacionado a parcelas de contratos que serão executadas em períodos futuros.

Verifica-se que o Comando da Aeronáutica detém 38,09% do valor do subgrupo e possuía um saldo consolidado de R\$ 46,77 bilhões neste item.

**Tabela 50 - Obrigações Contratuais - Por Órgão** R\$ milhares

Órgão	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	42.628.225	437.273	9.648,65	34,71
Comando da Marinha	25.116.936	26.201.715	-4,14	20,45
Comando do Exército	8.272.556	7.383.954	12,03	6,74
Comando da Aeronáutica	46.778.289	52.565.109	-11,01	38,09
<b>Total</b>	<b>122.796.005</b>	<b>86.588.052</b>	<b>41,82</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

A seguir, apresenta-se a Tabela 51, que segrega as “Obrigações Contratuais a Executar” de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

**Tabela 51 - Obrigações Contratuais - Composição**

Obrigações Contratuais	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Serviço	69.647.051	27.765.758	150,84	56,72
Fornecimento de Bens	53.031.974	58.560.785	-9,44	43,19
Empréstimos e Financiamentos	90.551	233.677	-61,25	0,07
Demais	14.756	15.529	-4,97	0,01
Aluguéis	6.571	8.712	-24,58	0,01
Seguros	5.102	3.590	42,10	0,00
<b>Total</b>	<b>122.796.005</b>	<b>86.588.052</b>	<b>41,82</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

As “Obrigações Contratuais a Executar” relacionadas com o fornecimento de bens e de serviços representam 99,90% do total das obrigações assumidas pelos Órgãos componentes do Ministério da Defesa até 31/12/2022.

A Tabela 52 apresenta a seguir a rubrica “Obrigações Contratuais a Executar” detalhada por contratados e Órgãos contratantes.

**Tabela 52 - Obrigações Contratuais - Por Contratado**

CONTRATADOS	CONTRATANTE	R\$ milhares	
		Dez/2022	AV (%)
MCR Sistemas e Consultorias LTDA.	Ministério da Defesa	41.982.727	34,19
SAAB AB - Projeto GRIPEN	Comando da Aeronáutica	12.373.875	10,08
DCN CHERBOURG	Comando da Marinha	11.929.199	9,71
Embraer S.A.	Comando da Aeronáutica	9.152.417	7,45
CNO S.A	Comando da Marinha	6.997.287	5,70
Embraer	Comando da Aeronáutica	5.176.671	4,22
Eurocopter	Comando da Aeronáutica	4.972.113	4,05
CNH Industrial Brasil LTDA.	Comando do Exército	4.399.866	3,58
Itaguaí Construções Navais S/A	Comando da Marinha	3.060.157	2,49
Vibra Energia S.A	Comando da Aeronáutica	1.910.472	1,56
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A	Comando da Aeronáutica	1.800.384	1,47
Helicópteros do Brasil S/A	Comando da Aeronáutica	1.042.817	0,85
Matra BAE Dynamics France (MBDA)	Comando da Aeronáutica	987.386	0,80
IAS Indústria de Aviação e Serviços S/A	Comando da Aeronáutica	591.121	0,48
Demais	-	16.419.515	13,37
<b>Total</b>		<b>122.796.005</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

Os dados da tabela acima demonstram que os quatorze maiores contratados representam 86,63% do total do Item.

Cumpra registrar que, em decorrência do crescimento exponencial do item “Obrigações Contratuais”, onde se observa que o Ministério da Defesa apresenta o montante de R\$ 42,63 bilhões, representando uma evolução de 9.648,65%, quando comparados com os resultados do exercício anterior, observou-se tratar-se de registro do Documento Hábil 2022RC000183, Nota de Sistema 2022NS018413, que promoveu o registro de contrato de prestação de serviços nº 024/2022-MD, no valor de R\$ **41.982.540.001,17**, promovido pela Unidade Gestora 110404 – Departamento de Administração Interna, vinculada à Secretaria de Organização Institucional e Orçamento – SEORI, da Secretaria-Geral – SG/MD.

Instada a se manifestar, a Unidade Gestora informou que o valor correto do contrato em referência era de R\$ 105.360,00, razão pela qual promoveu o estorno do registro inicial por meio do Documento Hábil 2023RC000036, no exercício de 2023. Informou, ainda, que o erro foi decorrente da aposição do número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, da empresa contratada, nº **04.198.254.0001-17** – MCR Sistemas e Consultoria LTDA, no campo valor do Documento Hábil do Siafi.



Em relação aos valores registrados no Comando da Aeronáutica, destacam-se contratos firmados com a SAAB AB - PROJETO GRIPEN, EMBRAER e EUROCOPTER, cujos objetos guardam relação com a aquisição de produtos/serviços relacionados à Defesa Nacional.

No âmbito do Comando da Marinha, os contratos com as empresas DCN Cherbourg e a Construtora Norberto Odebrecht S.A. representam, aproximadamente, 15,41% do total a ser pago em obrigações contratuais, sendo essas contratadas vinculadas ao PROSUB. A seguir são apresentados os resumos das principais transações:

a) DCN Cherbourg: Contratos firmados com o objetivo de contribuir para dotar a Marinha do Brasil de novos submarinos, e permitir a manutenção e desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais, no País; e

b) Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO): Contrato destinado à dotação de infraestrutura para construção, manutenção e apoio de submarinos convencionais e nucleares, por meio de implantação de Estaleiro e Base Naval.

## 15 – Receita Orçamentária

As receitas previstas para o Ministério da Defesa na Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, Lei Orçamentária Anual de 2022, foram da ordem de R\$ 18,80 bilhões.

Conforme apresentado na Tabela 53, o valor realizado até 31/12/2022 foi de R\$ 18,78 bilhões, sendo R\$ 16,49 bilhões em Receitas Correntes (87,85% do total) e R\$ 2,28 bilhões em Receitas de Capital (12,15 % do total).

**Tabela 53 - Execução da Receita Orçamentária**

RECEITAS	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Realização (%)	AV (%)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>16.667.762</b>	<b>16.498.728</b>	<b>98,99</b>	<b>87,85</b>
Receitas de Contribuições	10.665.446	11.370.376	106,61	60,54
Receitas de Serviços	2.854.994	2.587.720	90,64	13,78
Receita Patrimonial	2.910.094	2.168.228	74,51	11,54
Outras Receitas Correntes	68.611	153.178	223,26	0,82
Receitas Tributárias	80.462	141.338	175,66	0,75
Receita Industrial	84.296	58.561	69,47	0,31
Transferências Correntes	3.860	19.327	500,70	0,10
Receita Patrimonial - Intra	-	0	-	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.137.529</b>	<b>2.282.078</b>	<b>106,76</b>	<b>12,15</b>
Operações de Crédito	1.856.398	2.075.652	111,81	11,05
Amortização de Empréstimos	206.610	142.497	68,97	0,76
Alienação de Bens	65.121	63.929	98,17	0,34
Transferências de Capital	9.400	-	0,00	-
<b>Total</b>	<b>18.805.291</b>	<b>18.780.806</b>	<b>99,87</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

As Receitas de “Operações de Créditos” representam 11,05% do total das receitas realizadas. Verifica-se que a realização dessa natureza de receita ocorreu quase totalmente (99,999%) no Comando da Aeronáutica (75,19%) e no Comando da Marinha (24,81%) e se refere a “Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo”.

Quanto às Receitas de “Amortização de Empréstimos”, a maior concentração de valores arrecadados (R\$ 142,26 milhões, ou seja, 99,84%) encontra-se no âmbito da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha do Brasil.

## 16 – Receitas de Contribuições

Comparando-se o valor arrecadado até dezembro de 2022 com o mesmo período do ano anterior, houve um acréscimo de 32,36% na arrecadação deste grupo, sendo que existe uma grande concentração (75,98%) no Ministério da Defesa. Observou-se um excesso de arrecadação da ordem de 134,39% no âmbito do Comando da Marinha. A distribuição do item pode ser demonstrada conforme a Tabela 54.

**Tabela 54 - Receitas de Contribuições**

Órgãos	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	8.621.947	8.257.228	4,42	75,83
Comando da Marinha	1.113.504	332.998	234,39	9,79
Comando do Exército	1.361.886	-	-	11,98
Comando da Aeronáutica	273.039	-	-	2,40
<b>Total</b>	<b>11.370.376</b>	<b>8.590.226</b>	<b>32,36</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

O item “Receitas de Contribuições” refere-se à “Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas”, que registra as receitas originadas da Contribuição paga por militares das Forças Armadas para o custeio das pensões militares, tendo apresentado um aumento de R\$ 2,78 bilhões, em decorrência da Reforma da Previdência aprovada pelo Congresso Nacional em 2019.

## 17 - Receitas de Serviços

Com relação às Receitas de Serviços, percebe-se que a maior concentração se encontra no Comando da Aeronáutica, correspondendo a 81,35% do total arrecadado, conforme a Tabela 55.

**Tabela 55 - Execução da Receitas de Serviços por Órgão**

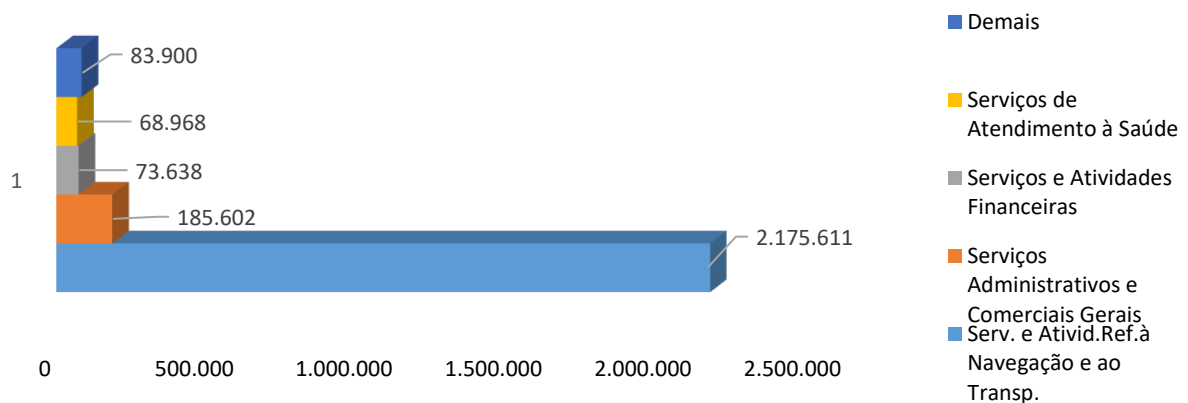
Órgãos	R\$ milhares	
	Receitas Realizadas	AV (%)
Ministério da Defesa	7.478	0,29
Comando da Marinha	330.212	12,76
Comando do Exército	144.851	5,60
Comando da Aeronáutica	2.105.180	81,35
<b>Total</b>	<b>2.587.720</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

O Gráfico 5 demonstra a composição do item “Receitas de Serviços.

R\$ milhares

**Gráfico 5: Receitas de Serviços - Composição**



Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

### 18 – Receitas Patrimoniais

A Tabela 56 demonstra que a arrecadação da Receitas Patrimoniais teve um acréscimo de 19,69% quando confrontados os períodos de dezembro de 2022 e dezembro de 2021. A maior realização dessa receita ocorreu no Comando da Aeronáutica (51,39%).

**Tabela 56 - Receitas Patrimoniais**

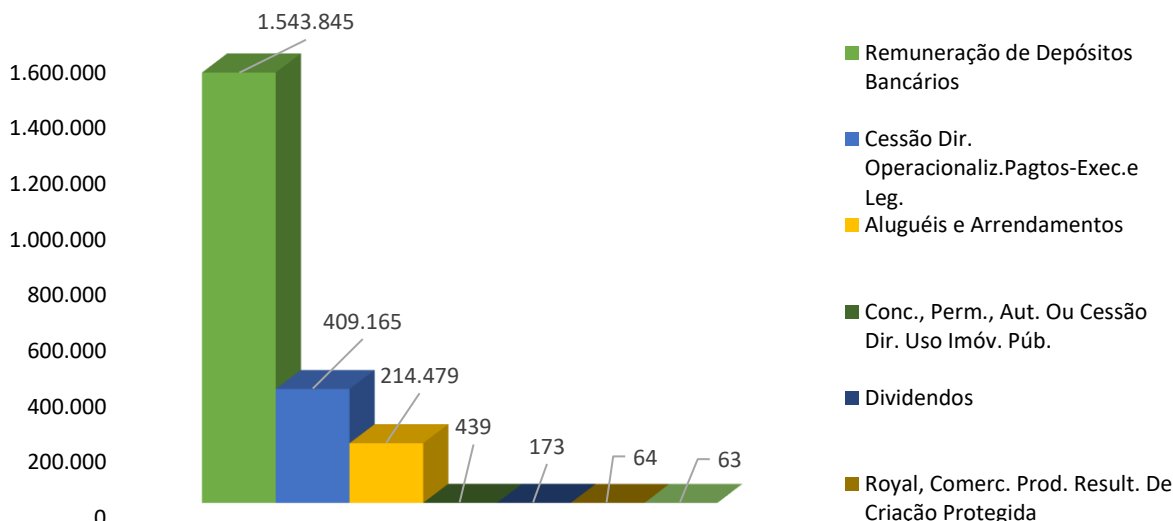
Órgãos	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	7.611	4.926	54,51	0,35
Comando da Marinha	466.830	357.413	30,61	21,53
Comando do Exército	592.983	420.561	41,00	27,35
Comando da Aeronáutica	1.100.804	1.028.593	7,02	50,77
<b>Total</b>	<b>2.168.228</b>	<b>1.811.493</b>	<b>19,69</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

A seguir, o Gráfico 6 apresenta a composição da Receitas Patrimoniais.

R\$ milhares

**Gráfico 6: Receitas Patrimoniais - Composição**



Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

### 19 – Receita de Alienação de Bens

A Tabela 57 apresenta a arrecadação da Receita de Alienação de Bens por Órgão. Verifica-se que a realização dessa natureza de receita ocorreu predominantemente no Comando do Exército (71,30%) e no Comando da Aeronáutica (15,62%).

**Tabela 57 - Receita de Alienação de Bens**

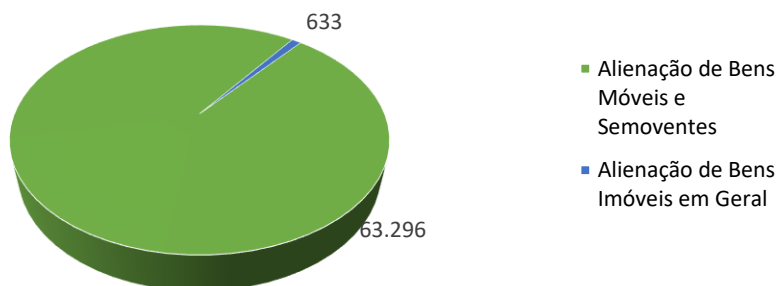
ÓRGÃOS	R\$ milhares	
	Dez/2022	AV (%)
Comando da Marinha	8.365	13,08
Comando do Exército	45.579	71,30
Comando da Aeronáutica	9.985	15,62
<b>Total</b>	<b>63.929</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

O Gráfico 7 a seguir identifica a composição das Receitas de Alienação de Bens.

R\$ milhares

**Gráfico 7: Receita Alienação de Bens**



Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

## 20 – Despesas Orçamentárias

A Tabela 58 compara a despesa orçamentária empenhada no âmbito dos órgãos que compõem o Ministério da Defesa até dezembro de 2022, com o mesmo período do ano anterior. Observa-se que houve uma variação positiva de 5,09%, totalizando cerca de R\$ 121,82 bilhões. A variação mais representativa ocorreu no Ministério da Defesa (38,23%), e a distribuição dos valores apresentam o Comando do Exército (46,10%) e o Comando da Marinha (26,48%) como os mais representativos.

**Tabela 58 - Despesas Orçamentárias por Órgão**

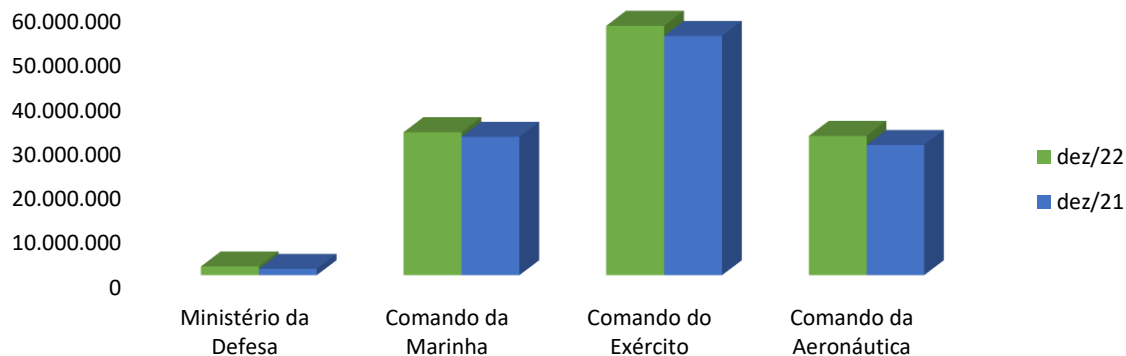
Órgão	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	1.970.096	1.425.267	38,23	1,62
Comando da Marinha	32.263.579	31.230.645	3,31	26,48
Comando do Exército	56.153.677	53.866.179	4,25	46,10
Comando da Aeronáutica	31.432.405	29.395.236	6,93	25,80
<b>Total</b>	<b>121.819.757</b>	<b>115.917.327</b>	<b>5,09</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

O Gráfico 8 apresentado na sequência ilustra essas informações.

R\$ milhares

**Gráfico 8: Despesas Orçamentárias**



Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

A Tabela 59 apresenta a Despesa Orçamentária segregada por Categoria Econômica e Grupo de Despesa.

**Tabela 59 - Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo da Despesa**

R\$ milhares

<b>Categoria Econômica</b>	<b>Grupo da Despesa</b>	<b>Dez/2022</b>	<b>Dez/2021</b>	<b>AH (%)</b>	<b>AV (%)</b>
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	92.879.291	89.646.527	3,61	76,24
	Outras Despesas Correntes	16.487.035	15.483.704	6,48	13,53
	Juros e Encargos da Dívida	591.840	745.494	-20,61	0,49
Despesas de Capital	Investimentos	10.390.163	8.040.924	29,22	8,53
	Amortização/Refinanciamento Dívida	1.224.792	1.751.499	-30,07	1,01
	Inversões Financeiras	246.636	249.180	-1,02	0,20
<b>Total</b>		<b>121.819.757</b>	<b>115.917.327</b>	<b>5,09</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

O Grupo de Despesa com maior valor empenhado foi o de Pessoal e Encargos Sociais representando 76,24% do total das despesas. Ocorreu aumento na execução das despesas do Grupo “Investimentos” (29,22%) em relação ao mesmo período em 2021.

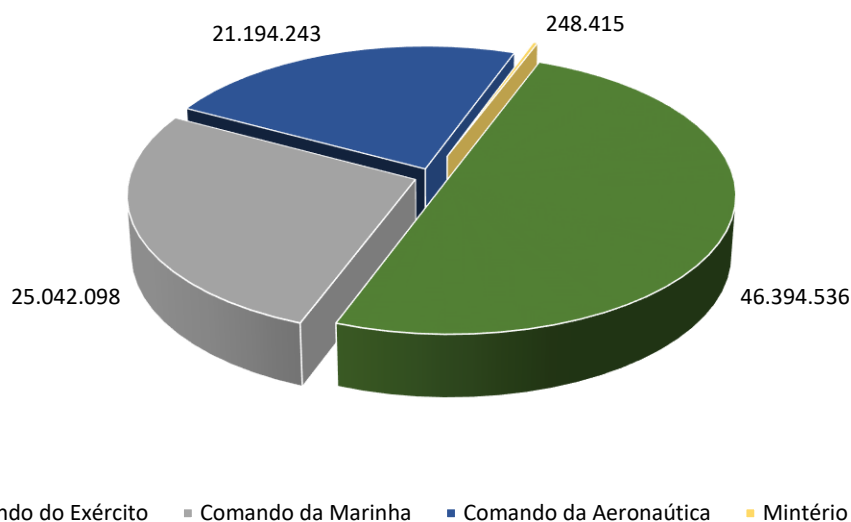
Quanto às “Inversões Financeiras”, o grupo é composto pelos itens a seguir: “Concessão de Empréstimos e Financiamentos” (86,41%), “Aquisição de Bens para Revenda” (11,74%), e “Aquisição de Imóveis (1,85%).

## 21 – Despesas com Pessoal e Encargos

O Gráfico 9 demonstra as Despesas com “Pessoal e Encargos”, segregadas por Órgão.

R\$ milhares

**Gráfico 9: Despesas com Pessoal e Encargos**



Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

Em dezembro de 2022, as despesas empenhadas de “Pessoal e Encargos Sociais” tiveram um aumento de 3,61% em relação a dezembro de 2021. Os Elementos de Despesa mais representativos foram “Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas” (33,98%), “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil” (32,74%), e “Pensões” (28,62%), conforme demonstrado na Tabela 60.

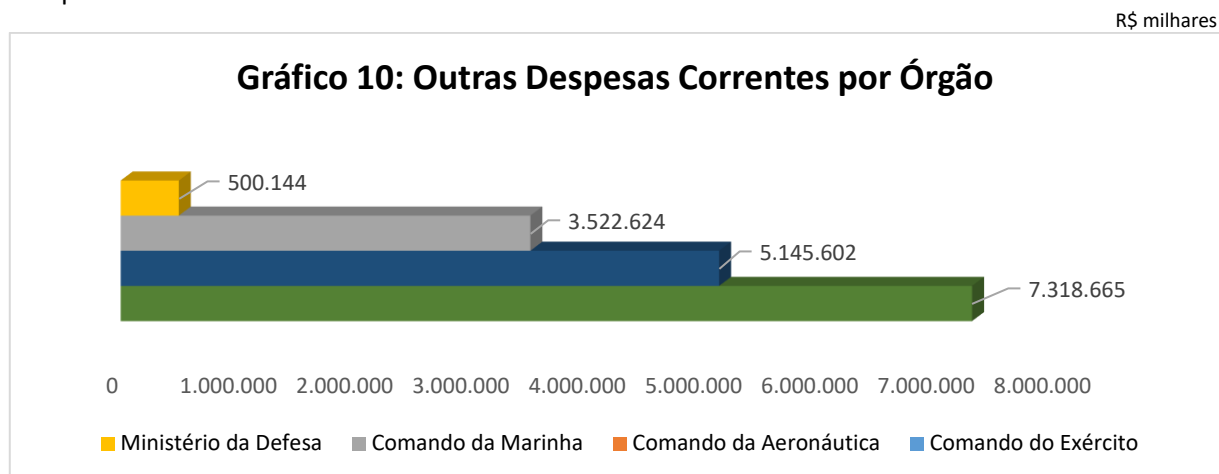
**Tabela 60 - Pessoal e Encargos**

	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	31.559.578	30.172.983	4,60	33,98
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	30.410.007	29.813.191	2,00	32,74
Pensões	26.582.422	25.496.380	4,26	28,62
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.726.308	1.705.585	1,22	1,86
Indenizações e Restituições Trabalhistas	1.082.458	925.576	16,95	1,17
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar	707.457	768.203	-7,91	0,76
Obrigações Patronais	401.456	399.888	0,39	0,43
Despesas de Exercícios Anteriores	309.329	262.564	17,81	0,33
Demais	100.275	102.155	-1,84	0,11
<b>Total</b>	<b>92.879.291</b>	<b>89.646.527</b>	<b>3,61</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

## 22 – Outras Despesas Correntes

Em dezembro de 2022, as despesas empenhadas no Grupo “Outras Despesas Correntes” totalizaram R\$ 16,48 bilhões. O Gráfico 10 apresenta essas despesas no âmbito dos órgãos que compõem o Ministério da Defesa.



Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

A Tabela 61 apresenta a composição do Grupo de Despesas “Outras Despesas Correntes”. Esse Grupo apresentou um aumento de 6,48% no comparativo de dezembro de 2022 com dezembro de 2021. Os Elementos de Despesa que apresentaram os valores mais representativos foram “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica”, com R\$ 6,62 bilhões; e “Material de Consumo”, com R\$ 4,68 bilhões.

**Tabela 61 - Despesas Empenhadas - Outras Despesas Correntes**

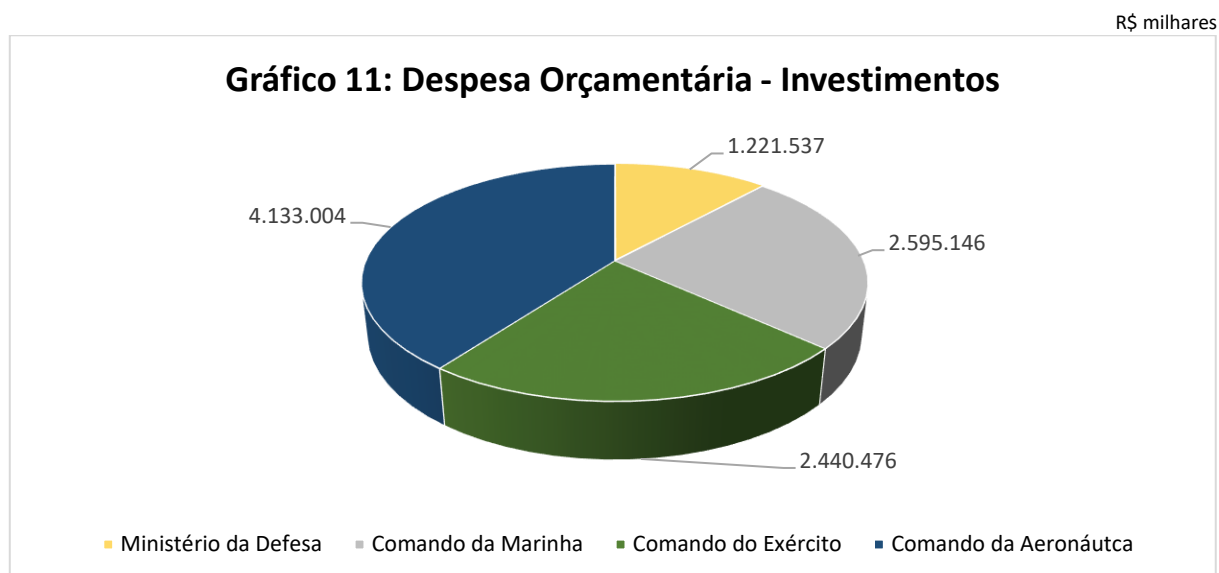
	R\$ milhares			
Elementos da Despesa	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Op. Intra Orçam.	6.622.430	5.931.385	11,65	40,17
Material de Consumo	4.683.340	4.574.065	2,39	28,41
Indenizações e Restituições	1.544.017	1.511.323	2,16	9,37
Auxílio-Transporte	594.733	534.934	11,18	3,61
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	488.393	523.346	-6,68	2,96
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	436.949	463.331	-5,69	2,65
Auxílio-Fardamento	396.773	402.875	-1,51	2,41
Passagens e Despesas com Locomoção	368.290	213.886	72,19	2,23
Demais	1.352.108	1.328.559	1,77	8,20
<b>Total</b>	<b>16.487.035</b>	<b>15.483.704</b>	<b>6,48</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

Destacam-se dentre as despesas empenhadas no 4º Trimestre de 2022 no elemento “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídicas – Op. Intra Orçamentária”, no montante de R\$ 6,62 bilhões, ou seja, 40,17% do total do grupo, os gastos com “Serviços Médico-hospitalares, Odontológicos e Laboratoriais” (2,05 bilhões); “Serviços em Itens Reparáveis de Aviação” (R\$ 809,78 milhões); e “Serviços de Energia Elétrica” (R\$ 677,31 milhões), dentre outros.

### 23 – Despesa de Investimentos

As despesas de investimentos, no 4º trimestre de 2022, corresponderam a 8,53% do total empenhado no período (Tabela 59), ou seja, R\$ 10,39 bilhões. O Gráfico 11 apresenta a distribuição por órgão das despesas empenhadas no Grupo.



Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

Em comparação ao mesmo período do exercício anterior, houve acréscimo 29,22% do valor empenhado, conforme demonstrado na Tabela 62.

**Tabela 62 - Despesa Orçamentária – Investimentos**

Grupo da Despesa - Investimentos	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Equipamentos e Material Permanente	5.340.591	3.754.616	42,24	51,40
Obras e Instalações	1.989.224	1.418.748	40,21	19,15
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.900.594	1.530.460	24,18	18,29
Material de Consumo	953.333	1.201.909	-20,68	9,18
Demais	206.420	135.191	52,69	1,99
<b>Total</b>	<b>10.390.163</b>	<b>8.040.924</b>	<b>29,22</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

O item com maior participação foi o relativo a “Equipamentos e Material Permanente” com 51,40% do total, que contempla investimentos com itens como “Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos” (R\$ 2,06 bilhões); “Carro de Combate (R\$ 689,48 milhões); “Embarcações” (R\$ 574,97 milhões) e “Aeronaves” (R\$ 460,64 milhões).

## 24 - Restos a Pagar

A Tabela 63 e o Gráfico 12 apresentam a execução, nos órgãos que compõem o Ministério da Defesa, dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) até dezembro de 2022.

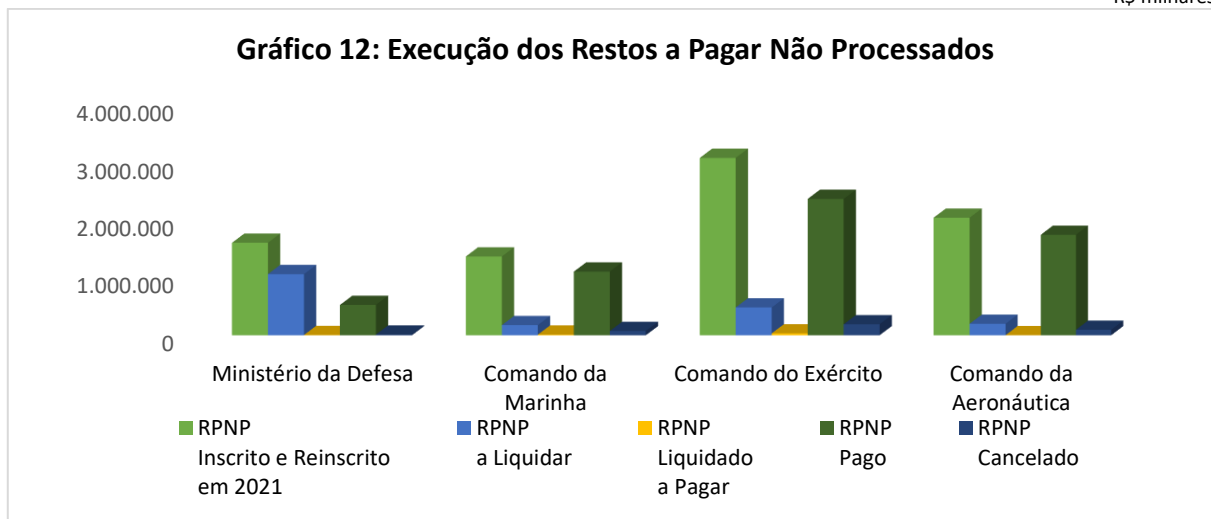
**Tabela 63 – Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados**

R\$ milhares

Órgão	RPNP Inscrito e Reinscrito em 2021	RPNP a Liquidar	RPNP Liquidado a Pagar	RPNP Pago	RPNP Cancelado	(%) RPNP a Liquidar	(%) RPNP Liquidado a Pagar	(%) RPNP Pago	(%) RPNP Cancelado
Ministério da Defesa	1.616.660	1.068.585	4.647	530.551	12.877	66,10	0,29	32,82	0,80
Comando da Marinha	1.377.193	177.501	12.147	1.112.514	75.031	12,89	0,88	80,78	5,45
Comando do Exército	3.093.379	486.681	33.145	2.380.511	193.043	15,73	1,07	76,96	6,24
Comando Aeronáutica	2.053.659	200.617	1.886	1.754.995	96.161	9,77	0,09	85,46	4,68
<b>Total</b>	<b>8.140.891</b>	<b>1.933.384</b>	<b>51.825</b>	<b>5.778.570</b>	<b>377.112</b>	<b>23,75</b>	<b>0,64</b>	<b>70,98</b>	<b>4,63</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

Em relação a execução dos Restos a Pagar Não Processados, verifica-se que 23,75% dos valores inscritos ou reinscritos no encerramento do exercício de 2021 encontram-se pendentes de liquidação, tendo sido pagos 79,98%, cerca de R\$ 5,77 bilhões em valores absolutos, até dezembro de 2022.

A Tabela 64 e o Gráfico 13 apresentam a execução dos Restos a Pagar Processados (RPP) até dezembro de 2022.

**Tabela 64 – Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados**

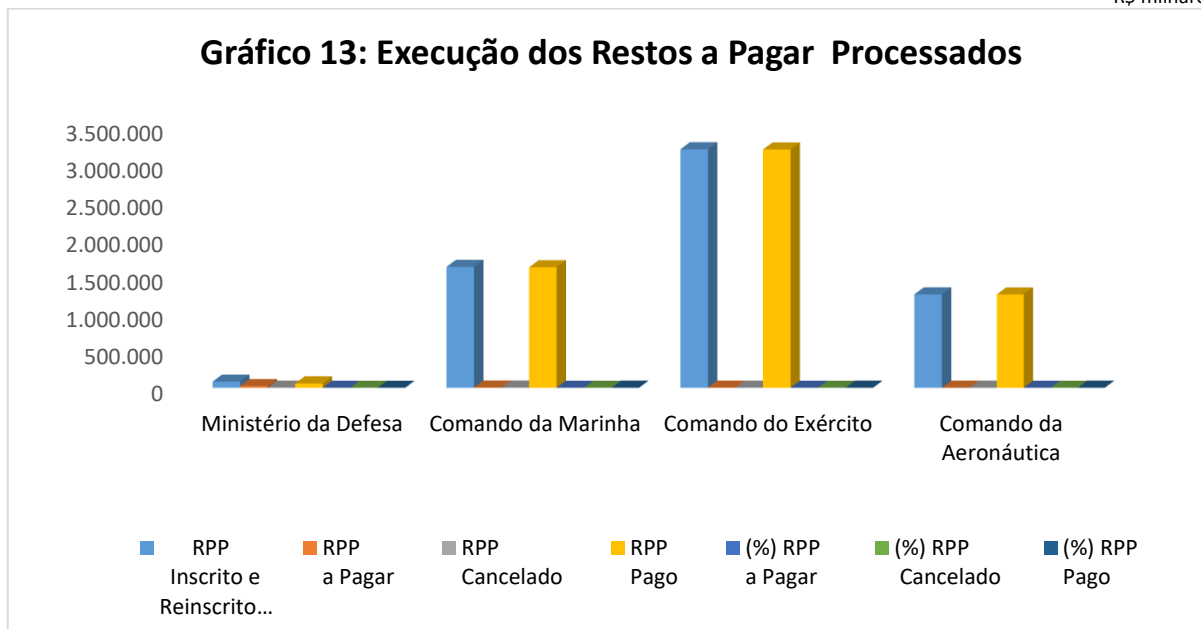
R\$ milhares

Órgão	RPP Inscrito e Reinscrito em 2021	RPP a Pagar	RPP Cancelado	RPP Pago	(%) RPP a Pagar	(%) RPP Cancelado	(%) RPP Pago
Ministério da Defesa	81.958	22.400	1.223	58.335	27,33	1,49	71,18
Comando da Marinha	1.627.193	3.114	2.192	1.621.887	0,19	0,13	99,67
Comando do Exército	3.204.128	1.031	1.414	3.201.683	0,03	0,04	99,92
Comando Aeronáutica	1.256.559	313	215	1.256.032	0,02	0,02	99,96
<b>Total</b>	<b>6.169.839</b>	<b>26.858</b>	<b>5.044</b>	<b>6.137.937</b>	<b>0,44</b>	<b>0,08</b>	<b>99,48</b>

Fonte: Siafi, em 17/1/2023.



R\$ milhares



Fonte: Siafi, em 17/1/2023.

Em relação a execução dos Restos a Pagar Processados, verifica-se que 99,48% dos valores inscritos ou reinscritos no encerramento do exercício de 2021 foram pagos, cerca de R\$ 6,13 bilhões em valores absolutos, até dezembro de 2022.

## 25 - Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial representa o resultado decorrente da diferença, positiva ou negativa, entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

O resultado patrimonial apurado em 2022 foi deficitário em R\$ 41,21 bilhões e está demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 65 – Variações Patrimoniais**

R\$ milhares

	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.039.845.646	417.671.654	148,96
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.081.052.894	453.210.628	138,53
<b>Total</b>	<b>-41.207.247</b>	<b>-35.538.974</b>	<b>15,95</b>

Fonte: Siafi, em 18/1/2023.

Registre-se que o expressivo aumento das Variações Patrimoniais no exercício de 2022 foram decorrentes do reconhecimento dos passivos de Provisões de Militares Inativos, no montante de R\$ 456,4 bilhões (VPD), bem como a transferência de Resultados de Exercícios Anteriores vinculados a

tais passivos no montante de R\$ 555,0 bilhões (VPA), registrados originalmente no Ministério da Economia, cujos saldos foram transpostos para os Comandos Militares com vistas a atender recomendações do TCU sobre as Demonstrações Contábeis do SPSMFA. Maiores detalhes poderão ser obtidos na Nota Explicativa nº 12.

## 26 – Transferências e Delegações Concedidas

O grupo “Transferência e Delegações Concedidas” totalizou R\$ 849,0 bilhões em 2022, apresentando um acréscimo de R\$ 536,6 bilhões em relação ao exercício anterior. Do total registrado neste grupo, 65,65% referiram-se às Variações Patrimoniais Diminutivas, representada, em grande parte, pela incorporação de passivos decorrentes do reconhecimento da Provisões sobre os passivos do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas – SPSMFA. Maiores esclarecimentos sobre o tema podem ser obtidos na Nota Explicativa nº 12.

**Tabela 66 – Transferências e Delegações Concedidas**

	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Movimentações de Variações Patrimoniais Diminutivas	557.359.151	3.221.164	17.203,03	65,65
Repasses Concedido	115.834.555	108.575.491	6,69	13,64
Sub-Repasses Concedido	108.446.023	104.212.199	4,06	12,77
Doações/Transferências Concedidas	43.408.797	42.498.930	2,14	5,11
Movimento de Saldos Patrimoniais	14.554.149	13.599.369	7,02	1,71
Transferências. Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar	8.049.746	8.020.249	0,37	0,95
Outros	1.368.288	5.296.303	-74,17	0,16
<b>Total</b>	<b>849.020.709</b>	<b>285.423.704</b>	<b>197,46</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 18/1/2023.

Registre-se que os itens Repasses e Sub-Repasses Concedidos dizem respeito à movimentação financeira entre órgãos e unidades Gestoras que compõem o Ministério da Defesa, a partir das dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

## 27 – Transferências e Delegações Recebidas

O grupo “Transferência e Delegações Concedidas” totalizou R\$ 954,9 bilhões em 2022, apresentando um acréscimo de R\$ 576,7 bilhões em relação ao exercício anterior. Do total registrado neste grupo, 58,37% referiram-se às Movimentações de Variações Patrimoniais Aumentativas, representada, em quase sua totalidade, pela incorporação de passivos decorrentes do reconhecimento da Provisões sobre os passivos do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas – SPSMFA. Maiores esclarecimentos sobre o tema podem ser obtidos na Nota Explicativa nº 12.

**Tabela 67 – Transferências e Delegações Recebidas**

	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Movimentações de Variações Patrimoniais Aumentativas	557.348.631	3.180.709	17.422,78	58,37
Repasses Recebidos	116.611.881	109.249.917	6,74	12,21
Cotas Recebidas	109.195.557	103.317.876	5,69	11,44
Sub-Repasses Recebidos	108.446.023	104.212.199	4,06	11,36
Doações/Transferências Recebidas	46.446.713	39.461.961	17,70	4,86
Transferências. Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar	10.118.803	10.397.901	-2,68	1,06
Outros	6.687.452	8.345.265	-19,87	0,70
<b>Total</b>	<b>954.855.059</b>	<b>378.165.828</b>	<b>152,50</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 18/1/2023.

Registre-se que os itens Repasses Recebidos e Sub-Repasse Concedidos dizem respeito à movimentação financeira entre órgãos e unidades Gestoras que compõem o Ministério da Defesa, a partir das dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

## 28 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

O item “Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras” registram os juros incorridos, descontos concedidos, comissões, tarifas bancárias e variações cambiais. Em 2022, o item totalizou R\$ 9,0 bilhões, apresentando um decréscimo de 34,88%, quando comparado ao exercício anterior.

**Tabela 68 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras**

	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Variações Cambiais de Dívida Contratual	4.089.395	5.747.672	-28,85	45,29
Outras Variações Cambiais	3.957.118	7.175.696	-44,85	43,82
Juros da Dívida Contratual no Exterior	610.187	544.218	12,12	6,76
Outros	373.578	399.974	6,60	4,14
<b>Total</b>	<b>9.030.278</b>	<b>13.867.560</b>	<b>-34,88</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 18/1/2023.

Do total registrado neste grupo, 45,29% referiram-se às Variações Cambiais de Dívida Contratual, que apresentou uma redução de 28,85%, quando comparado com os resultados de 2021, impactado, em grande medida, pela atualização cambial de dívidas contratuais no âmbito do Comando da Marinha e do Comando da Aeronáutica.

## 29 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

O item “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas” totalizou R\$ 102,41 bilhões, apresentando um crescimento de 173,63%, quando comparado ao exercício anterior e contempla os impactos das atualizações atuariais nas provisões sobre benefícios concedidos e a conceder no âmbito do SPSMFA, conforme detalhamento contido na Nota Explicativa nº 12.

**Tabela 69 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas**

	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Diminutivas de Outras Provisões	102.115.485	37.184.638	174,62	99,76
Outros	248.723	225.094	10,50	0,24
<b>Total</b>	<b>102.364.208</b>	<b>37.409.732</b>	<b>173,63</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 18/1/2023.

## 30 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

No exercício de 2022, foram reconhecidos valorizações e ganhos com ativos e desincorporação de passivos no valor de R\$ 35,39 bilhões, conforme tabela a seguir.

**Tabela 70 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**

	R\$ milhares			
	Dez/2022	Dez/2021	AH (%)	AV (%)
Reavaliação de Bens Imóveis	25.965.615	4.106.731	532,27	73,38
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	6.091.593	4.451.545	36,84	17,21
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.091.369	3.542.810	-12,74	8,74
Outros	238.573	92.385	158,24	0,67
<b>Total</b>	<b>35.387.151</b>	<b>12.193.471</b>	<b>190,21</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi, em 25/01/2023.

A variação mais representativa encontra-se no item “Reavaliação de Bens Imóveis”, com um montante de R\$ 25,97 bilhões, 73,38% superior aos valores registrados no exercício anterior. Desse total, R\$ 15,7 bilhões foram registrados pelo Comando da Aeronáutica.

Conforme informações daquele Comando, as avaliações de imóveis do COMAER obedecem às disposições de normativo interno baseado na norma NBR 14.653, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como ao disposto na Portaria Conjunta nº 703, de 10 de dezembro de 2014. Dentre os movimentos mais significativos, destacam-se os registros realizados a seguir:

**Tabela 71 – Reavaliações de Imóveis Significativas**

R\$ milhares

Registro Imobiliário Patrimonial (RIP)	Data da Última Avaliação	Data do Registro da Nova Avaliação	Valor da Reavaliação
3849007565003	jul/11	abr/22	2.381.583
9701005425001	dez/15	mar/22	1.830.098
1807000025007	dez/16	mar/22	1.815.213
0411002495008	mar/15	mar/22	1.288.203
8801001425008	dez/00	mai/22	1.084.893
6001035695006	dez/13	ago/22	1.055.929
7535001095008	out/14	mai/22	905.418
8105006415009	jan/17	mai/22	855.097
8589000045001	mar/16	mai/22	829.097
6001060475006	abr/22	ago/22	754.270
7885000075009	out/18	mai/22	653.527
8801001455004	nov/03	mai/22	489.772
6887000195005	fev/20	set/22	443.889
8841000575005	mai/17	mai/22	311.706
8841000555004	mai/17	mai/22	276.774
8801002785008	nov/03	mai/22	242.582
6477000035005	ago/18	ago/22	238.596
7535001135000	out/14	mai/22	219.090
<b>Total</b>			<b>15.675.735</b>

Fonte: SIAFI e SPUInet.

### 31 - Conformidade Contábil

A conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com os procedimentos descritos na Macrofunção 020315 do Manual Siafi, além de permitir a sinalização de situações que possam causar distorções relevantes nos valores evidenciados.

O processo de conformidade contábil está estruturado da seguinte forma:

- I. **Setorial Contábil de Unidade Gestora** – responsáveis pelo acompanhamento da execução contábil de um determinado número de unidades gestoras executoras;
- II. **Setorial Contábil de Órgão** – responsável pelo acompanhamento da execução contábil de determinado órgão, compreendendo as unidades gestoras a este pertencentes;
- III. **Setorial Contábil de Órgão Superior** – unidade de gestão interna dos Ministérios e órgãos equivalentes, responsáveis pelo acompanhamento contábil dos órgãos e entidades vinculados; e
- IV. **Secretaria do Tesouro Nacional** – órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, responsável pela conformidade do Balanço Geral da União.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis: os gestores, por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações; e os profissionais de contabilidade, por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigirem eventuais inconsistências contábeis.

Além dos processos de conformidade contábil realizados mensalmente, ao final do exercício, as Setoriais Contábeis de Órgão Superior encaminham para a STN/ME a Declaração do Contador. Nessa declaração, o contador responsável de cada órgão evidenciará se os demonstrativos contábeis constantes do Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Se tudo estiver de acordo com as normas aplicáveis, o contador registra a Declaração Plena. Se houver apontamentos, registra a Declaração com Ressalva.

Os órgãos superiores devem envidar esforços para correção dos problemas contábeis durante o exercício que ensejem no registro de restrições contábeis, na conformidade mensal.

Havendo a permanência de restrições contábeis ao final do exercício, deverão ser devidamente justificadas por meio da Declaração do Contador, com a finalidade de esclarecer os motivos da permanência das restrições apontadas.

**Tabela 72 – Restrições Contábeis no Mês de Dezembro de 2022.**

Órgão	Restrições Contábeis Registradas em dezembro/2022
Ministério da Defesa	315 - Falta/Registro Conformidade de Registro de Gestão
	632 – Saldo Alongado/Indevido Contas Trans. Ativo Não Circulante – Imobilizado
	773 – TED a Comprovar com data expirada
	775 – TED a Repassar expirados
Comando da Marinha	707 – Saldo Invertido – Classe 8
Comando do Exército	Não foram registradas restrições contábeis em dezembro de 2022.
Comando da Aeronáutica	606 – Saldo Alongado/indevido Conta Transitória Ativo Circulante
	642 - Falta /Reg. Incomp. Depreciação, Amotização, Exaustão

Fonte: Siafi, em 23/1/2023.

### 32 – Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (Órgão Superior)			Código do Órgão
MINISTÉRIO DA DEFESA			52000
<p>A presente declaração refere-se às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa e suas Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2022.</p> <p>Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na Macrofunção 02.01.35 – Conformidade Contábil presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).</p> <p>De acordo com as análises realizadas no balancete contábil, nas demonstrações contábeis e nos auditores contábeis do SIAFI, <b>DECLARO</b> que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2021, dos órgãos subordinados 52000 – Ministério da Defesa, 52131 – Comando da Marinha, 52121 – Comando do Exército e 52111 – Comando da Aeronáutica, refletem, em seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial, <b>EXCETO</b> no tocante à ressalva apresentada pelo órgão abaixo:</p> <p>Órgão: 52000 – Ministério da Defesa Ressalva: a-) Restrição 315 – Falta/Registro Conformidade de Registro de Gestão b-) Restrição 632 – Saldo Alongado/Indevido Contas Trans. Ativo Não Circulante – Imobilizado c-) Restrição 773 - TED a Comprovar com Data Expirada. d-) Restrição 775 - TED a Repassar com Data Expirada.</p> <p>Órgão: 52131 – Comando da Marinha Ressalva: a-) Restrição 707 - Saldo Invertido – Classe 8.</p> <p>Órgão: 52111 – Comando da Aeronáutica Ressalva: a-) Restrição 606 - Saldo Alongado/indevido Conta Transitória Ativo Circulante. b-) Restrição 642 - Falta /Registro Incompatível de Depreciação, Amortização, Exaustão – Ativo Imobilizado.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta Declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	31/01/2023
Contador Responsável	Antônio Luiz Almeida	CRC nº	011766/0-8

### 33 – Eventos Subsequentes

Conforme disposto na NBC TSP 25 – Evento Subsequente, um evento, que ocorre entre a data das demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações, seja favorável ou desfavorável, é chamado evento subsequente.

A seguir serão dispostos eventos que evidenciaram condições já existentes na data das demonstrações contábeis, 31/12/2022, e que ensejaram ajustes contábeis após o encerramento do exercício. Tais eventos decorreram de achados apresentados nos relatórios preliminares de auditoria financeira realizada pelo TCU ao avaliarem as Demonstrações Contábeis do Ministério da Defesa, a qual possui período de execução e conclusão posterior ao encerramento do exercício.

Em relação às obrigações decorrentes do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA), bem como, das pensões especiais de militares e dos anistiados políticos militares, a auditoria financeira apontou que os passivos atuariais dos inativos militares foram contabilizados sem considerar a proporcionalização *pro rata* de serviços preconizados no item 70 da NBC TSP 15. Quanto aos passivos atuariais de pensões; pensões especiais militares e anistiados políticos militares, a referida reavaliação decorreu da necessidade de aperfeiçoamento do algoritmo matemático-actuarial responsável pelo cálculo.

Dessa forma, as obrigações atuariais em questão foram recalculadas, o que resultou no reconhecimento de passivos atuariais no montante de R\$ 806,6 bilhões, em fevereiro de 2023, ante um passivo atuarial de R\$ 873,9 bilhões, registrados nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2022, representando uma redução na ordem de R\$ 67,3 bilhões nos passivos do Ministério da Defesa.

As tabelas a seguir detalham os ajustes contábeis por Comando.

**Tabela 73 – Provisões Atuariais das Forças Armadas**

R\$ 1,00

	Dez/2022	Ajustes Subsequente	23/2/2023
Curto prazo	46.775.875.207,64	2.578.167.194,81	49.354.042.402,45
Longo prazo	827.124.374.412,34	-69.856.812.368,87	757.267.562.043,47
<b>Total</b>	<b>873.900.249.619,98</b>	<b>-67.278.645.174,06</b>	<b>806.621.604.445,92</b>

Fonte: Siafi, em 23/02/2023.

**Tabela 74 – Provisões de Militares Inativos por Comando**

R\$ 1,00

		Dez/2022	Ajustes Subsequente	23/2/2023
Comando da Marinha	Curto Prazo	8.350.786.878,99	5.017.242,42	8.355.804.121,41
	Longo Prazo	150.539.155.732,67	-29.684.070.629,18	120.855.085.103,49
	<b>Total</b>	<b>158.889.942.611,66</b>	<b>-29.679.053.386,76</b>	<b>129.210.889.224,90</b>
Comando do Exército	Curto Prazo	15.168.319.245,24	-357.041.891,48	14.811.277.353,76
	Longo Prazo	230.267.007.024,03	-28.947.938.282,57	201.319.068.741,46
	<b>Total</b>	<b>245.435.326.269,27</b>	<b>-29.304.980.174,05</b>	<b>216.130.346.095,22</b>
Comando da Aeronáutica	Curto Prazo	7.715.752.366,09	2.821.901,16	7.718.574.267,25
	Longo Prazo	113.856.492.748,24	-14.255.383.948,29	99.601.108.799,95
	<b>Total</b>	<b>121.572.245.114,33</b>	<b>-14.252.562.047,13</b>	<b>107.319.683.067,20</b>
<b>Total</b>	<b>525.897.513.995,26</b>	<b>-73.236.595.607,94</b>	<b>452.660.918.387,32</b>	

Fonte: Siafi, em 23/02/2023.

**Tabela 75 – Provisões de Pensões de Militares**

R\$ 1,00

		Dez/2022	Ajustes Subsequente	23/2/2023
Comando da Marinha	Curto Prazo	3.513.373.947,37	874.283.160,81	4.387.657.108,18
	Longo Prazo	85.875.805.873,00	552.832.671,97	86.428.638.544,97
	<b>Total</b>	<b>89.389.179.820,37</b>	<b>1.427.115.832,78</b>	<b>90.816.295.653,15</b>
Comando do Exército	Curto Prazo	7.849.711.685,27	1.424.071.934,53	9.273.783.619,80
	Longo Prazo	163.802.306.210,86	1.224.536.875,51	165.026.843.086,37
	<b>Total</b>	<b>171.652.017.896,13</b>	<b>2.648.608.810,04</b>	<b>174.300.626.706,17</b>
Comando da Aeronáutica	Curto Prazo	2.618.113.295,48	620.745.249,58	3.238.858.545,06
	Longo Prazo	70.023.707.612,88	845.508.113,62	70.869.215.726,50
	<b>Total</b>	<b>72.641.820.908,36</b>	<b>1.466.253.363,20</b>	<b>74.108.074.271,56</b>
<b>Total</b>	<b>333.683.018.624,86</b>	<b>5.541.978.006,02</b>	<b>339.224.996.630,88</b>	

Fonte: Siafi, em 23/02/2023.

**Tabela 76 – Provisões de Pensões Especiais de Militares**

R\$ 1,00

		Dez/2022	Ajustes Subsequente	23/2/2023
Comando da Marinha	Curto Prazo	1.240.910,22	0	1.240.910,22
	Longo Prazo	15.909.466,54	92.023,28	16.001.489,82
	<b>Total</b>	<b>17.150.376,76</b>	<b>92.023,28</b>	<b>17.242.400,04</b>
Comando do Exército	Curto Prazo	1.063.322.482,82	0	1.063.322.482,82
	Longo Prazo	7.573.814.355,07	277.962.620,02	7.851.776.975,09
	<b>Total</b>	<b>8.637.136.837,89</b>	<b>277.962.620,02</b>	<b>8.915.099.457,91</b>
Comando da Aeronáutica	Curto Prazo	45.217.129,85	0	45.217.129,85
	Longo Prazo	294.525.239,95	13.163.433,60	307.688.673,55
	<b>Total</b>	<b>339.742.369,80</b>	<b>13.163.433,59</b>	<b>352.905.803,39</b>
<b>Total</b>	<b>8.994.029.584,45</b>	<b>291.218.076,89</b>	<b>9.285.247.661,34</b>	

Fonte: Siafi, em 23/02/2023.

**Tabela 77 – Provisões Anistiados Políticos Militares**

R\$ 1,00

		Dez/2022	Ajustes Subsequente	23/2/2023
Comando da Marinha	Curto Prazo	156.072.605,48	2.672.514,47	158.745.119,95
	Longo Prazo	1.817.349.443,33	38.216.774,94	1.855.566.218,27
	<b>Total</b>	<b>1.973.422.048,81</b>	<b>40.889.289,41</b>	<b>2.014.311.338,22</b>
Comando do Exército	Curto Prazo	17.097.098,93	883.218,02	17.980.316,95
	Longo Prazo	131.768.643,09	3.549.241,36	135.317.884,45
	<b>Total</b>	<b>148.865.742,02</b>	<b>4.432.459,38</b>	<b>153.298.201,40</b>
Comando da Aeronáutica	Curto Prazo	276.867.561,90	4.713.865,30	281.581.427,20
	Longo Prazo	2.926.532.062,68	74.718.736,87	3.001.250.799,55
	<b>Total</b>	<b>3.203.399.624,58</b>	<b>79.432.602,17</b>	<b>3.282.832.226,75</b>
<b>Total</b>	<b>5.325.687.415,41</b>	<b>124.754.350,96</b>	<b>5.450.441.766,37</b>	

Fonte: Siafi, em 23/02/2023.